



ATA Nº 12/XIII-1º/2021-22

1 - Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas 21H15, no Auditório da Escola Secundária do Monte de Caparica, sito na rua 25 de Abril, no Monte de Caparica, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

3 - Período da Ordem do Dia

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2022 e anos seguintes dos SMAS”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato de Delegação de competências do Município de Almada nos diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas de Almada no âmbito da transferência de competências da Educação”;

3.6 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos membros de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor Delegado dos SMAS”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Estratégia Municipal “Almada Município sem SIDA”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prorrogação do prazo de vigência da ORU de Almada Velha, por um período de cinco anos”;

3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prorrogação do prazo de vigência da ORU da Trafaria, por um período de cinco anos”;

3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU da Costa da Caparica”;

3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato-Programa Wemob, S.A. 2022”;

3.13 – Apreciação e votação da Proposta do Grupo Municipal do Partido CHEGA de inscrição do Deputado Municipal na 6ª Comissão Permanente Transportes Mobilidade e Acessibilidades.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Gerales (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Sónia Tchissolé Pires da Silva (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Karim Hassan Quintino (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS);

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4.1 – Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS), Daniel Alexandre Teixeira Salgueiro da Silva (PS), Ana Paula Silva (PS), Bruno Ramos Dias (CDU; José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU), Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU), e Inês Pizarat Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Olga Natália Maia Mariano, José António Lino Craveiro por impedimento dos/as Senhores/as Pedro Manuel Branca Lêdo, Luísa Maria Freire Galvão e Catarina Isabel Garcia Paulino; Ana Cláudia Dias Ribeiro por impedimento da Senhora Alexandra Cláudia Vasco Serra; Paulo Júnior (CDU); António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento dos/as Senhores/as de Andreia Sofia Egas, António Abrantes de Almeida, José Manuel Raposo Gonçalves, Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; António José Olaio da Silva (CDU); Paula Cristina Loureiro Coelho (CDU) por impedimento dos/as Senhores/as Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho, Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro e Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU); Pedro Miguel Celestino Pereira (BE):

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Filomena Paris, A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Bruno Sandro dos Santos, o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó, Luís Filipe Almeida Palma (CDU) solicitou a sua substituição pelo eleito Armando Martins Gonçalves.

4.2 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, verificou-se a falta justificada da Senhora Deputada Municipal Maria Amélia de Jesus Pardal.

4.3- O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Gabriel Machado da Rosa, do Senhor Vereador Jorge Sintra, em substituição da Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira e Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira, da Senhora Vereadora Mara Rita Silva Martins em substituição da Senhora Vereadora Maria das Dores Marques Banheiro Meira.

4.4 –Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.4.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Inventariação sobre Imóveis e Serviços Camarários, outros”, enviado para a Câmara Municipal em 04/03/2022, foi respondido em 28/04/2022;

4.4.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Solicitação de envio de listagem de Edifícios Camarários Devolutos”, enviado para a Câmara Municipal em 04/03/2022, foi respondido em 28/04/2022;

4.4.3 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Inventário: Identificação de Associações”, enviado para a Câmara Municipal em 04/03/2022, foi respondido em 28/04/2022;

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usaram da palavra os/as Senhores/as Munícipes José Carlos Rodrigues Nunes, Pedro Pinto, Jorge Manuel Lopes Pinto e João Rocha.

5.1.1 – O Senhor Munícipe José Carlos Rodrigues Nunes:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Conforme foi dito sou José Carlos Rodrigues Nunes e estou a representar a Associação de Moradores dos Capuchos, sendo Presidente da sua Direção.



Esta Associação que se pretende seja representativa de um importante associativismo de base, e nessa qualidade procurando representar o maior número de moradores, tem como objetivo essencial, pugnar pela adequada manutenção e gestão do espaço público dos Capuchos. E é o que pretendemos fazer ao participar nesta reunião aproveitando o tempo dedicado à participação dos cidadãos.

As situações a seguir indicadas, já são muito antigas, e não tendo sido objeto de retificação, e no caso do pavimento de ruas já apresentam elevado nível de degradação.

Estas situações já foram por diversas vezes, analisadas em Assembleias Gerais desta Associação, e mereceram sempre unanimidade quanto às correspondentes soluções.

Já há muito tempo que vêm sendo apresentadas por esta Associação, aos diversos Órgãos da Câmara Municipal de Almada, quer através de cartas, quer nas reuniões efetuadas, a última das quais nos Capuchos, no passado dia 9 de março, com representantes da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia. Não obstante o referido e os correspondentes esforços desta Associação, e algumas promessas feitas, ainda nada de concreto tem acontecido, o que sem dúvida lamentamos profundamente.

Mas como é nossa obrigação, no âmbito de decisões nas nossas Assembleias Gerais, iremos continuar a pugnar junto das entidades envolvidas, apresentando os problemas e propostas de solução, e é com esta finalidade que aqui estamos nesta reunião. Ou seja, não desistimos e vamos continuando na luta em benefício dos moradores.

E face ao escasso tempo que nos é permitido, através do uso da palavra e resumidamente, apenas identificamos as principais situações e correspondente soluções, o que aqui estamos a fazer. E, simultaneamente aproveitamos para entregar um documento com maior detalhe, agradecendo desde já a boa atenção que se dignem prestar ao que é referido.

1 – Requalificação do espaço anteriormente ocupado pela antiga Escola Primária dos Capuchos.

O espaço não é limpo há não sei quantos anos, a vegetação selvagem está crescendo em altura e em espaço, e não obstante vários contactos, vários emails, não há resposta e a vegetação não é cortada.

Ora, o que é que nós pretendemos para aquele espaço? Atendendo à sua localização em zona central dos Capuchos e rodeado de habitações, que seja ali implementado um projeto de fácil resolução e com pouco dispêndio. Ou seja, transformação naquele espaço tão bem localizado, naquilo que designamos por “Espaço para o Encontro das Gerações”. Ou seja, fazer ali um pequeno jardim, um parque infantil, e um espaço com três ou quatro aparelhos de ginástica. E teremos ali as crianças a brincarem, os adultos a lerem, a ouvirem música ou a falarem com as crianças, e algumas pessoas a fazerem ginástica, o que é importantíssimo para a nossa saúde.

2 – Repavimentação das ruas Lourenço Pires de Távora, rua dos Capuchos, da Estrelinha e Estrada Nacional, troço dos Capuchos.

Como bem sabem, a rua Lourenço Pires de Távora, tem muito movimento não apenas de moradores, mas também a pessoas que se deslocam para o histórico Convento dos Capuchos e para o Miradouro Panorâmico dos Capuchos. O seu estado devido às raízes dos pinheiros, é lastimável, de maneira que há três dias eu vinha de táxi de Almada e o motorista do táxi recusou-se a atravessar de carro a rua Lourenço Pires de Távora.

Para além da requalificação, a limpeza com maior assiduidade das ruas e das bermas, a modernização do sistema de ecopontos, os transportes públicos e solução para os animais abandonados.”

5.1.2 – O Senhor Munícipe Pedro Pinto:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Pedro Pinto, é a primeira vez que participo numa Assembleia Municipal e queria agradecer ter a oportunidade de vir aqui expor o meu problema.

Eu vou ser bastante breve, a situação prende-se com a rua Figueiredo de Bastos, é uma pequena rua com cerca de 100 metros na Aroeira, é uma perpendicular da Avenida António Pedro que neste momento está a ser alvo



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de grande intervenção e a rua Figueiredo de Bastos apesar de ser pequena tem bastante trânsito, não tanto os moradores, mas para pessoas que passam para novos conjuntos de vivendas que estão a ser construídas na área. O que é que se passa naquela rua? Aquela rua apesar de quando eu comprei a casa onde vivo, no contrato da escritura estar referido que os arruamentos estavam pagos, e ficavam a cargo da Câmara Municipal, isto em 2006. Nada foi feito. Portanto, a rua não tem quaisquer arruamentos. Há cerca de oito anos foi feita uma rega asfáltica na rua, minimizou um bocadinho o problema, deixou de ter aquele pó e aqueles buracos durante o ano, mas no dia de Natal, de 2020, há cerca de dezasseis meses, houve uma grande rutura de água mesmo em frente à minha casa. Essa rutura de água deu origem a um grande buraco, o SMAS Almada foi intervencionar essa rutura, ficaram grandes buracos na rua. Passado um mês houve uma nova rutura na rua mais ou menos no mesmo sítio, novamente foi intervencionado e depois a partir daí, foram lá, penso eu, que pessoal dos SMAS e puseram umas pedras, mas a partir daí a rua ficou num estado lastimoso. De verão é pó, metade da rua é completamente pó, à volta das tampas de esgoto no inverno são buracos com água com os moradores, nomeadamente, a minha vizinha que é uma pessoa que já tem uma certa idade tem muita dificuldade quando sai do carro em dirigir-se para a sua casa.

Eu já tentei resolver esta situação individualmente recorrendo às entidades, mas nunca consegui perceber ainda quem é que tem competência nesta área. Eu venho aqui para expor este problema, para tentar ver a viabilidade de resolução daquela situação. As ruas paralelas ao longo do último ano e meio, já por duas ou três vezes eu vi funcionários a taparem buracos, eu falei com esses funcionários e o que me disseram foi que não iam passar na rua Figueiredo de Bastos porque não estava previsto na obra. Aquela situação que está ali naquela zona da rua, não basta tapar os buracos, ou seja, não basta por um bocadinho de gravilha porque o pavimento está completamente destruído. Portanto, eu venho aqui pedir para ver qual é a viabilidade de resolução desse problema ou tentarem me informar que é a entidade pública ou privada que tem responsabilidades nessa área.”

5.1.3 – O Senhor Município Jorge Miguel Lopes Pinto:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho aqui trazer breves questões à Senhora Presidente da Câmara Municipal e aos Senhores/as Vereadores/as com Pelouro, sobre questões que me preocupam como residente na Charneca de Caparica.

Um deles é as piscinas da Charneca de Caparica que estão fechadas há já muitos anos e continuam sem previsão de abertura tanto quanto sei, mas gostaria de saber se há novidades sobre este assunto, quando é que abrem, há municípios que querem fazer iniciação, ainda ontem na nossa Assembleia de Freguesia se falava que queriam fazer a iniciação ao ambiente aquático e têm que levar os bebés para outras Freguesias.

Outra das perguntas é sobre o Polo Secundário da Carlos Gargaté. É óbvio que o Polo Secundário da Carlos Gargaté não vai responder às necessidades, obviamente é melhor do que nada, mas ao ter só quatro turmas, vai ser suficiente e vamos continuar a ter crianças, adolescentes, que têm que vir para Almada estudar.

Outra questão tem a ver com as obras da Estrada Nacional 377, já deviam estar mais do que terminadas, continuamos ali mesmo junto à Junta de Freguesia, com uma obra difícil de concluir, já para não falar de toda a parte associada à Sobreda que também está bastante atrasada e pelo calendário está mais do que ultrapassada.

Depois gostaria de falar de um tema que já me trouxe aqui e que tem a ver com a toponímia. Há cerca de três anos atrás mandei um email, na altura era a Senhora Vereadora Francisca Parreira que tinha o urbanismo, não me estou a referir a nomes de ruas que sejam pedidos em Assembleia de Freguesia pelos políticos, estou a falar por exemplo, de abaixo assinados, que a população se reúne e faz chegar à Assembleia de Freguesia abaixo assinados a pedir ruas com determinados nomes, e depois passam-se quatro anos sem que seja dada nenhuma resposta. Acho que a Charneca de Caparica felizmente está a crescer, não faltarão oportunidades de dar nomes a ruas, e eu por exemplo, moro numa daquelas ruas que existem três na Charneca de Caparica com o mesmo nome. Eu sei que é difícil mudar ruas que já tenham nome, mas ruas novas também foram de certeza abertas várias.

E por fim, deixar aqui um convite à Senhora Presidente da Câmara, que faça uma Assembleia Municipal na Charneca de Caparica, a última foi em maio de 2021, já lá vai um ano, lembro-me do seu discurso de tomada de



posse do anterior mandato, que iria fazer reuniões itinerantes pelas várias Freguesias, e já há muito tempo que não passa pela nossa. Passa, mas não neste formato de Assembleia Municipal.”

5.1.4 – O Senhor Município João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na qualidade de Município, tenho feito ultimamente, uma retrospectiva relacionada com o abandono em que esta União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, foi sujeita durante de mais de quatro décadas, pelos executivos cessantes, respeitante à requalificação de ruas e mobilidade nestas Freguesias, nada de relevante ocorreu nas mesmas, em relação a obras, na Vila da Sobreda, tenho constatado um estado de degradação bastante avançado em algumas das ruas, nomeadamente, a Jaime Cortesão, considerada o eixo central desta Freguesia, sendo esta uma autêntica picada, em que apenas pode circular uma viatura em simultâneo, tem o seu início na Rua Dr. Alberto Araújo e termino na Rua da Liberdade, nas imediações da rotunda do Texugo, mais conhecida pela rotunda dos anti sobredenses, (no qual tentaram obstruir a sua construção, através de processos Judiciais no Tribunal de Almada, contra o atual Presidente - Pedro Matias), praticamente atravessa toda esta zona habitacional, bem como a Rua Petrólio Amor de Barros, pelo que me congratulo por saber que brevemente se iniciarão as obras de requalificação das mesmas, considerada uma das obras prioritárias pelos Sobredenses, face ao desenvolvimento populacional, tão repentinamente desta União de Freguesias e agraciada pelos mesmos.

Quanto à Charneca de Caparica, na zona da Aroeira, a Câmara apenas se preocupava em receber a verba, relacionada com as Infraestruturas, das construções de vivendas naquele local, verba essa que, não era posteriormente empregue na requalificação de Ruas e, melhoramento nesta zona, ou seja na área de jurisdição desta Junta, eram sim transferidas para outras Juntas, todos nós sabemos qual eram essas mesmas Juntas e coletividades, presentemente algumas destas ruas estão intransitáveis, tendo apenas servido como uma fonte de receita. Pelo que, também é com agrado que constatei o melhoramento de toda aquela área, tendo-se já dado início ao asfaltamento de algumas Ruas desta zona, bem como o início de toda a requalificação da Av. do Mar.

Termino, comunicando a todos os responsáveis das Augis que, os processos de reconversão destas, estão neste momento no bom caminho, sem perturbações no seu percurso, cuja colaboração da Dra. Tânia Camões, Arquitecta Ana Sofia Libeiro e Vereador Dr.º José Pedro Ribeiro, têm sido a chave mestra, desta longa caminhada, a qual tem uma duração de mais 3 décadas, sendo esta situação originada, pela não aplicação da Lei nº 91/95, 02 Setembro, que veio criar as Áreas Urbanas de Génese Ilegal, por parte de todos os executivos cessantes deste Município.

Em Tempo: quero também acrescentar que, recentemente enunciei numa Assembleia Municipal, deste Município, que as rosas cor de rosa, estavam a expandir-se muito repentinamente no meio do Alentejo, esta situação confirmou-se efetivamente, no passado dia 30 de janeiro.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.2.1 – A Senhora Presidente Da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente dizer ao Senhor Município José Carlos Rodrigues Nunes, que eu tenho aqui e já me tinham feito chegar aquilo que era a sua participação e com as matérias identificadas, que agradeço mais uma vez a Associação de Moradores e nalgumas matérias eu tenho mesmo que lhe dar razão, é verdade, tem sido uma Associação sempre presente, sempre participativa, e é verdade que houve compromissos assumidos e que vão ser cumpridos.

Relativamente à Escola Primária dos Capuchos, eu acho que já falamos aqui várias vezes, aquilo de facto, esteve entregue a uma associação, depois houve questões até patrimoniais para resolver e penso que em breve estaremos em condições de pensar de facto, um projeto para ali. Eu não lhe vou dizer que poderá ser um jardim,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

até porque e respondo a uma matéria que não chegou a colocar, mas que também tem toda a razão, que é a reabilitação do Miradouro que também está prevista. Reabilitação essa, do Miradouro, que também queremos fazer com a reabilitação de um caminho turístico que vem desde lá de debaixo da Costa até lá, e aí sim, junto aquele Miradouro gostaríamos de fazer um espaço verde, mais, requalificar todo o Miradouro. Não sei se esse jardim de que fala, não seria uma boa hipótese também naquele sítio que é um sítio tão bonito e que faria uma envolvência cada vez melhor dos nossos Capuchos que é aquele sítio mágico, o que não invalida que o outro lote, onde estão aliás, essas instalações que já tiveram vários projetos previstos, não venha a ser reconsiderada. Da mesma forma também estamos em processo de reflexão sobre os próprios viveiros que estão ali à frente, portanto, é verdade aquilo está para requalificar, às vezes demora um bocadinho mais tempo que é para termos de facto, como temos tentado fazer sempre, projetos de maior dimensão que não sejam avulsos, que tenham uma coerência e um desenho urbanístico. É essa a preocupação, mas tem razão.

Relativamente à estrada, a estrada também já esteve prevista, há aquela questão dos pinheiros, eu aqui tenho que admitir que quero fazer um estudo, porque muitos dos problemas da estrada como sabe, são as próprias raízes dos pinheiros, e eu não gostaria de perder todo aquele arvoredor e, portanto, temos estado a ver. Temos que fazer um diagnóstico sobre a saúde dos pinheiros, porque até podem não estar em condições e eu tenho pedido, o que me têm explicado é que, alisando aquilo tudo podemos por em risco os próprios pinheiros. Não justifica que a estrada esteja naquele estado, estamos de acordo, estou-lhe só a explicar que às vezes há preocupações que acabam por atrasar, não é tão simples com chegar lá, alcatroar normalmente, aquilo de facto, tem umas árvores fantásticas, muito bonitas, aliás já estive a estudar a possibilidade de subir aquilo um bocadinho para ver se conseguimos conciliar as duas questões.

Relativamente aos transportes públicos. Só dizer que em princípio a nova rede de transportes públicos que vai iniciar-se no dia 1 de julho, nós pusemos lá um acréscimo de frequências e penso que há até um redesenho de carreiras, mas foi contemplada a necessidade de transportes públicos naquela zona.

Ao Senhor Município Pedro Pinto que pergunta quem tem a responsabilidade, deixe-me ser clara, o Município, a Junta, nós eleitos temos sempre responsabilidades e não devemos fugir delas, portanto, não é nenhuma identidade privada. Como sabe, está a decorrer uma grande empreitada de muitas pavimentações na Charneca de Caparica e na Sobreda, depois nas outras Freguesias também. Eu percebo a frustração, tenho ouvido muitas pessoas a dizer: “mas rua em frente está sempre está a ser pavimentada e a minha não”, tem razão, mas nós temos estado a optar pelas estruturantes, pelas maiores para depois poder ir fazendo as laterais e, portanto, esteja descansado, a sua rua será pavimentada, não lhe posso dizer neste momento, quando exatamente. O que não impede que se faça um esforço para ir tapar os buracos. Normalmente há de facto buracos que são provocados por problemas de rede, é verdade nós temos muitas ruturas, temos uma instalação dos SMAS muito antiquada e tem sido um problema grande até para fazermos obras estruturantes porque estamos sempre a correr atrás das urgências, a rede de água não teve manutenção e, portanto, em muitos casos está mesmo a chegar ao limite e como vemos estamos sempre a correr e depois temos também os nossos serviços, os famosos serviços do tapa buracos, mas que às vezes coitados também passam a vida a correr atrás do prejuízo. Eu não tenho aqui toda a listagem das ruas a pavimentar. O que lhe posso dizer é, será pavimentada e eu espero que em breve e espero que ainda neste mandato, é verdade é uma revolução para aquela zona porque de facto, as estradas não eram de todo em todo cuidadas.

Relativamente às questões do Senhor Município Jorge Pinto, as piscinas da Charneca de Caparica têm sido uma dor de cabeça, neste momento, já vamos lançar o procedimento por fim, porque tivemos que fazer o diagnóstico e é a substituição integral de todas as caldeiras, portanto, o estado de degradação a que aquilo chegou, tem-se tentado remediar, estamos a falar de um investimento de mais de meio milhão de euros, e depois, há também a questão da cobertura, são empreitadas diferentes, porque uma é mais técnica, é mesmo a questão das caldeiras e do sistema de água, e depois, temos que ir às coberturas, os painéis também não funcionam. Tentamos aguentar o máximo das piscinas. Não é possível já disse, demora mais tempo do que aquilo que nós gostaríamos.



Tem razão em relação ao Polo Secundário da Carlos Gargaté, nós nunca dissemos que chegava. Portanto, estamos a estudar a hipótese de um espaço para uma segunda escola, isso já foi anunciado, não tenho neste momento o sítio, o espaço exato para lhe indicar.

As obras na EN377, como sabe são feitas pela REN e a CME nós temos pressionado, temos sentido que eles têm tido algumas dificuldades. Eles como outros empreiteiros, temos que ser francos, entre COVID, entre materiais, entre o que for, temos tido atrasos que nunca tivemos até agora, e dificuldades, mas eu entendo muito bem a impaciência das pessoas e partilho-a, agora eu também tenho que ter minimamente a sensibilidade para perceber que há neste momento reais dificuldades nessa questão e fico muito feliz de ver que a Estrada Florestal está a andar, que a Avenida do Mar está a andar, ali tenho dificuldade em responder-lhe.

Toponímia. Não é quatro anos, eu já pedi um levantamento, são vinte anos. E vinte anos de deliberações. Provoca muito debate, muita discussão, os serviços entre si, e eu sinceramente, quero criar uma comissão à semelhança do que há noutras Câmaras Municipais, uma comissão alargada, nós vamos ter que pegar nas variadíssimas aprovações, não há umas mais legítimas do que outras, eu sei que umas são de moradores. A Assembleia Municipal, é a Assembleia do povo de Almada, portanto, se me permite é tão legítima uma coisa como a outra, e vamos ter que tomar decisões. Vamos ter que tomar decisões, ainda há pouco tempo tivemos mais uma proposta e vamos que ter de tomar decisões sobretudo complicadas, porque se na Charneca de Caparica há três ruas com o mesmo nome, em Almada chega a haver dez ruas com o mesmo nome. Almada Município. Portanto, eu acho que a única solução para sairmos desta embrulhada, desculpem o lado prosaico, mas é uma embrulhada autêntica, é criar uma comissão e que faça propostas. É um processo complicado porque tem consequências para os moradores se a rua mudar de nome, mas algum dia vamos ter de o fazer, porque isto é uma confusão que não se entende. E para celebrar o 25 de Abril, ou a MFA, não é preciso ter quinze ruas num Município com o mesmo nome. Isto é infernal, não se percebe. Portanto, ainda bem que lembra que só na Charneca de Caparica há três ruas com o mesmo nome, a sua pelos vistos tem mais duas e é só numa Freguesia, agora multiplique por onze e vai ver quantos é que há.

Terei todo o gosto em fazer uma Assembleia Municipal na Charneca de Caparica, mas isso eu não me substituo ao Senhor presidente da Assembleia Municipal.

Como já tenho muito pouco tempo, relativamente ao Senhor Município João Rocha, agradecer em relação às AUGI,s dizer que de facto, o grande objetivo da Divisão das AUGI,s é darmos aqui um impulso muito claro, estamos a chegar ao fim da resolução desses problemas, e, portanto, esta task-force, esta expressão que ficou conhecida, foi muito eficaz e eu só posso dar um imenso agradecimento aos nossos serviços, naturalmente, às Chefes de Divisão, Diretora de Departamento, a todos os trabalhadores da Câmara Municipal da área do Urbanismo, Administração Urbanística e naturalmente, em particular os trabalhadores que estão nesta Divisão têm sido incansáveis."

5.3 – O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 53º, pontos 1 e 2, "Reações contra a ofensa à honra ou consideração" do Regimento da Assembleia Municipal, concedeu a palavra à Senhora Vereadora Joana Mortágua e ao Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA).

5.3.1 – A Senhora Vereadora Joana Mortágua:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu que acompanho as matérias deste Município com atenção, fui informada de que esta Assembleia e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, têm sido importunados com uma curiosidade inusitada por parte do CHEGA em relação aos meus rendimentos.

Por essa razão, eu venho não defender uma honra que não sinto que tenha sido afetada, mas sobretudo lamentar que a ignorância do CHEGA relativamente à legislação que rege a retribuição de cargos públicos, tenha levado à perda de tempo dos serviços, do Senhor Presidente e desta Assembleia Municipal.

Porque eu sou provavelmente, de todas as pessoas que aqui estão, aquela que mais declarações de rendimentos tem entregues no Tribunal Constitucional, pela simples razão de que, ao longo dos tempos tenho ocupado



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

diversos cargos que a isso obrigam, essa declaração de rendimentos só não é conhecida do CHEGA por uma de duas razões, preguiça de ir ao Tribunal Constitucional pedi-la ou desonestidade intelectual, de perguntar ao seu colega Manuel Matias, que é assessor no Parlamento, aliás, pai de uma Deputada e que conhece muito bem todas as obrigações a que estamos sujeitos.

E por essa razão, não em particular em relação ao Deputado do CHEGA, mas para facilitar o trabalho do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu queria entregar-lhe a minha mais recente declaração de rendimentos nos termos em que foi entregue ao Tribunal Constitucional.”

5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de mais, bem-vinda a esta Sessão desta Assembleia Municipal neste executivo. Se há algo que o CHEGA já conseguiu neste mandato, foi que a Senhora Deputada estivesse presente numa Sessão. É algo que os almadenses podem se orgulhar, que já conseguimos algo. Conseguimos que pela primeira vez estivesse presente e por esse facto congratulamo-nos, porque finalmente conseguimos ter a presença para responder aos almadenses nesta sala que é, como a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu, que é a Assembleia do povo de Almada. E está aqui presente o povo de Almada para responder, o que é fantástico.

Eu fico espantado, um pouco, com esta forma tão chocada de fazer, depois daquilo que foi feito ao Deputado André Ventura durante um ano, para saber as presenças, eu fico espantado com este choque tão grande que foi feito, mas como já vimos a apresentação das declarações ao Tribunal de Contas, não evitou que uma das Deputadas do Bloco de Esquerda, tivesse problemas e tivesse inclusive, de devolver valores, porque estava a receber indevidamente. É chocante que o Bloco de Esquerda na totalidade dos seus Deputados, tenha exclusividade, mas depois as fontes de rendimentos sejam várias. E foi por este motivo, que o CHEGA para esclarecer o povo almadense, colocou a questão ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Não julgamos que tenhamos importunado o Senhor Presidente, estivemos a discutir o assunto e trocamos várias figuras do Regimento, que democraticamente temos direito. E é só o que temos a dizer sobre o assunto.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 – Entrou-se nos pontos 3.1, 3.2 e 3.4 da agenda, relativos à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2021”; “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2021”; “Relatório e Demonstrações Financeiras e Orçamentais – ano de 2021”;

6.1.1 – O Senhor Presidente da Mesa informou a Assembleia que fora consensualizado na Conferência de Representantes que estes documentos serão apresentados e apreciados em conjunto sendo submetidos a votação separadamente;

6.2 – Para apresentar as Propostas usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Vereador Filipe Pacheco e o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro.

6.2.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou apresentar este Relatório e Conta de Gerência da WEMOB da forma mais telegráfica possível, fazendo aqui um pequeno resumo.

Nós sabemos que o ano transato 2021, foi o ano de transição, onde ainda o impacto da pandemia teve muita influência naquilo que foi o resultado da empresa e na sua atividade. Temos também aqui um contexto em que houve aqui a nomeação do novo Conselho de Administração no final do ano e, portanto, aqui algum tempo de revisão, enquanto equipa no Conselho de Administração, mas houve já uma evolução bastante significativa naquilo que foram os resultados da empresa, nós temos resultados ainda com negatividade, mas que comparam-se em 2020, nós tivemos uma negatividade de mais de 700.000.00€ (setecentos mil euros) portanto,



já em 2021, nós tivemos um resultado negativo de mais de 100.000.00€ (cem mil euros). Portanto, um decréscimo na ordem de sete vezes menos, sensivelmente, uma evolução que nós entendemos muito positiva e em que prevemos já no próximo ano, que a empresa volte aos resultados positivos e eu acho que isso é de relevar.

Registou-se à semelhança dos anos anteriores, também a celebração de um Contrato Programa com a Câmara Municipal com objetivo definido, sensivelmente muito semelhante aquilo que era nos anos anteriores, e houve também um contexto em 2021, face à quebra de receita bastante acentuada face aquilo que foi a pandemia, portanto, nós tivemos aqui muitos fatores seja aquilo que foi a legislação, seja a limitação de circulação entre Concelhos, seja aquilo que foram as medidas de obrigatoriedade de teletrabalho, seja aquilo que foi o despacho da própria Câmara Municipal de Almada para isenção do pagamento de tarifas de estacionamento, parquímetros, portanto, todo esse contexto teve um impacto muito significativo na receita da empresa e, houve a necessidade de ter que afinar alguns dos investimentos previstos, reduzi-los. Ainda assim, houve investimentos muito importantes, destacaria aqui alguns, nomeadamente a aberturas do parque de estacionamento da Praia do Rei, o reforço dos agentes de estacionamento, a priorização do serviço do Flexibus em Pêra, a introdução de novos meios de pagamento em vários parques de estacionamento, o desenvolvimento informático desde a interligação com a Via Verde e o início de desenvolvimento de software para a emissão de dísticos, a retoma da atividade dos veículos em fim de vida, algo que nós sentíamos e havia bastantes queixas relativamente a isso, houve uma retoma significativa da atividade dos veículos em fim de vida, houve também uma grande aposta naquilo que foi a vertente da melhoria do atendimento ao público, a instalação de um novo posto de atendimento e de um parque de rebocados durante a época balnear na Costa da Caparica, o envio por correio e pela primeira vez de forma atempada, dos dísticos de residentes, e poderia elencar aqui mais investimentos, mas para dizer que entendemos que foi um ano apesar do impacto na receita e de termos que ter afinado alguns investimentos, ainda assim, conseguimos manter vários.

Por último eu acho que é bastante importante e de toda a justiça uma palavra de agradecimento à Presidente da WEMOB, também a todos os restantes funcionários, a toda a empresa que têm dado muito de si para que, e durante este mandato nós entremos nas duas décadas e celebremos as duas décadas da WEMOB como empresa com resultados positivos, virada para o futuro, virada não só para a gestão do estacionamento, mas para a gestão de toda a mobilidade no Concelho de Almada.”

6.2.2 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tentarei ser tão rápido como também são os nossos funcionários a tratar de todas as ruturas que temos tido ultimamente e que muitas delas provocadas de facto, por um deficit estrutural no investimento e que nós estimamos e queremos acelerar esse processo nos anos vindouros, sendo que este ano de 2021, foi um ano marcado naturalmente pelas consequências da crise pandémica, do COVID, estimamos que isso nos tenha causado uma diminuição de receita no valor aproximado de 1.500.000.00€ (um milhão e quinhentos mil euros) ainda assim, a receita global do exercício ultrapassou os 25.000.000.00€ (vinte e cinco milhões de euros), o que correspondeu a um grau de execução perto de 94%.

Naturalmente, nós gostaríamos de ter conseguido investir muito mais em despesas de investimento, por razões várias não foi possível, em todo o caso foi feito aqui também um grande esforço no último trimestre de recuperação de dívida, que permitiu efetivamente que conseguíssemos apresentar resultados positivos superiores a 3.000.000.00€ (três milhões de euros), penso que bastante relevante considerando que, penso que há três anos atrás tínhamos o mesmo valor, mas em termos negativos. É este esforço grande que temos vindo a fazer no sentido da consolidação orçamental forte, tentativa de acelerar todo o processo de recuperação de dívida, acelerar todo o processo de profissionalização dos SMAS, conseguindo garantir que se mantenha este serviço de excelência sempre ao serviço daquilo que é os nossos municípios e o Município de Almada.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Estarei naturalmente disponível para prestar todos os esclarecimentos que os/as Senhores/as Deputados/as Municipais assim o entendam.”

6.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O resultado da execução orçamental do ano de 2021, apurado pela diferença entre a receita cobrada e a despesa paga nesse mesmo ano, totalizou um montante superior a 17.000.000.00€ (dezassete milhões de euros). Ao invés do ano anterior que tivemos um resultado negativo operacional, ou seja, graças ao nosso Saldo de Gerência não foi negativo na sua totalidade, mas o ano de 2020 de facto, teve consequências nas nossas contas, mas sobre essa matéria já falamos. Comparando com o exercício anterior, esta evolução positiva foi conseguida pelo o aumento 38.700.000.00€ (trinta e oito milhões e setecentos mil euros) na receita e um aumento muito menor de 1.600.000.00€ (um milhão e seiscentos mil euros) nos pagamentos.

Esta apresentação de contas, nós também estamos a falar no último ano do mandato e, portanto, eu também faço aqui equivaler aquilo que é, para termos a noção de uma evolução do mandato. Só para terem uma noção, no final do ano de 2017, o saldo era negativo na ordem de 5.400.000.00€ (cinco milhões e quatrocentos mil euros). No quadriénio de 2018/2021, apenas em 2020, se verificou um deficit no resultado da atividade anual, tendo em conta que a despesa 113.000.000.00€ (cento e treze milhões de euros), superou a receita de 93.300.000.00€ (noventa e três milhões e trezentos mil euros) compensada pela utilização do Saldo de Gerência anterior.

Em 2021, o Município de Almada cumpriu naturalmente as regras do equilíbrio orçamental, o que significa que a totalidade da despesa obteve cobertura da receita, a diferença entre a receita corrente e despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimo de médio e longo prazo, revelou uma margem de 26.000.000.00€ (vinte seis milhões de euros) e comparando com o exercício anterior, a margem de equilíbrio orçamental aumentou cerca de 10.000.000.00€ (dez milhões de euros).

Relativamente á receita, a receita total cobrada do ano de 2021, foi de 132.000.000.00€ (cento e trinta e dois milhões de euros), desta receita uma é corrente, impostos, transferências do orçamento de venda de bens e serviços, rendimentos de propriedade e taxas, ascendeu a 106.600.000.00€ (cento e seis milhões e seiscentos mil euros). Outra é a de Capital relativamente com ativos financeiros, transferências, vendas de bens e serviços e outras receitas de Capital, e ascendeu aos 24.800.000.00€ (vinte e quatro milhões e oitocentos mil euros).

Há ainda uma receita residual referente a reposições não abitadas de pagamentos e que transitam, que é na ordem dos 513.490.38€ (quinhentos e treze mil, quatrocentos e noventa euros e trinta e oito cêntimos).

Em relação à despesa. A despesa realizada em 2021 totalizou 114.800.000.00€ (cento e catorze milhões e oitocentos mil euros), desta despesa uma é corrente, despesa com pessoal, despesa com aquisições de bens e serviços, transferências, subsídios correntes e outras despesas e ascendeu a 79.100.000.00€ (setenta e nove milhões e cem mil euros). Eu devo dizer que esta despesa corrente naturalmente, tem um grande impacto naquilo que são os encargos com pessoal, isso é natural, aumentamos em 17% o nosso Quadro de Pessoal, mas sobretudo também tivemos justamente, aumentos salariais e que têm naturalmente impacto nas nossas despesas, mas também houve um aumento muito significativo das transferências que fizemos a todos os níveis, transferências, apoios, subsídios seja para associações e outros, não vale a pena estar aqui a descriminar. Tratando-se de operações classificadas como despesa, há também os investimentos financeiros em depósitos e outros ativos financeiros, nomeadamente, na participação do Capital e outras entidades e de redução de dívida a médio e longo prazo. Importa lembrar que nós estamos num novo sistema contabilístico o SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, e em termos de SNC-AP estas despesas em ativos e passivos financeiros, é intitulada “Despesa não efetiva”.

Nesta outra perspetiva, a despesa efetiva e não efetiva, realizada em 2021, totalizou de igual modo 114.800.000.00€ (cento e catorze milhões e oitocentos mil euros) sendo 99.500.000.00€ (noventa e nove



milhões e quinhentos mil euros) em despesa efetiva e despesa não efetiva 15.300.000.00€ (quinze milhões e trezentos mil euros).

No último ano do quadriénio verifica-se o mais alto grau de execução orçamental nos cabimentos e nos compromissos decorrente de processos de concursos programados e de adjudicações concretizadas e em curso e em termos absolutos. Penso que já foi aqui mencionado várias vezes que, tivemos nomeadamente, entregas por exemplo, atrasos na entrega de viaturas que era um grande investimento que tem a ver com o investimento que estamos a fazer na rede de bio resíduos, mas cujas duas viaturas não nos foram entregues em 2021, pelo que naturalmente transitaram para 2022, chegaram este ano. Tivemos também, é verdade, atrasos seja com os Vistos do Tribunal de Contas, nomeadamente, na Estrada Florestal. Tivemos e já foi aqui mencionado, dificuldades, nós ou os empreiteiros que estavam ao nível de Cacilhas, portanto, houve de facto, despesas que estavam previstas serem pagas em final de 2021 e que transitaram para 2022 e mesmo assim, eu devo dizer, isto é um problema transversal em vários Municípios e tem sido uma preocupação permanente dos autarcas, eu devo dizer que Almada até agora, temos tido muita sorte e quero dar um agradecimento muito especial às empresas e aos nossos fornecedores, que não têm falhado e nós sabemos o grande esforço que têm feito. Por isso é que temos na ordem dos cabimentos 96% de execução e estamos a falar de 140.900.00.00€ (cento e quarenta e nove milhões e novecentos mil euros), só para terem uma ideia, no ano de 2017 eram 102.000.000.00€ (cento e dois milhões). Compromissos 93% de execução, estamos a falar 136.000.000.00€ (cento e trinta e seis milhões de euros), para terem uma noção em 2017 eram 99.000.000.00€ (noventa e nove milhões) portanto, estamos a falar de quase 40.000.000.00€ (quarenta milhões de euros) tanto num como no outro, e pagamentos mesmo assim a execução é de 78%, o que equivale a 114.800.000.00€ (cento e catorze milhões e oitocentos mil euros), que é alias, mais do que o orçamento inteiro de alguns anos anteriores, sendo que no ano de 2017 foram 93.000.000.00€ (noventa e três milhões de euros) de execução.

No ano de 2021, a autarquia continuou a proteger e a apoiar a sua população e os seus trabalhadores, disponibilizando naturalmente, os meios e recursos financeiros para o combate à pandemia, cujos montantes globais se estima à volta dos 3.300.000.00€ (três milhões e trezentos mil euros).

Eu já tive ocasião de dizer aos Senhores Deputados Municipais na reunião que tivemos preparatória desta Assembleia Municipal, que já recebemos um Relatório Preliminar do Tribunal de Contas relativamente a tudo o que são as despesas COVID e a Auditoria que o Tribunal de Contas está a fazer naturalmente, aguardamos o relatório definitivo que iremos naturalmente partilhar com gosto, porque nesse Relatório, Almada é sistematicamente citada como um bom exemplo de gestão da pandemia, de gastos e bons procedimentos mesmo em tempos difíceis. Portanto, é naturalmente, uma satisfação saber que, não só apoiamos, estivemos presentes, mas também o fizemos nas regras e isso é fundamental.

Nos últimos anos de mandato a despesa paga também assinalou uma dinâmica crescente, respondendo aos objetivos definidos no Plano Plurianual. Em 2018 foram 84.000.000.00€ (oitenta e quatro milhões de euros), em 2019, 93.000.000.00€ (noventa e três milhões de euros), em 2020, 113.000.000.00€ (cento e treze milhões de euros), em 2021, 114.800.000.00€ (cento e catorze milhões e oitocentos mil euros). Ou seja, é verdade que o nosso orçamento tem vindo sempre a aumentar, mas à medida que o orçamento aumenta, os nossos compromissos, as nossas execuções, as nossas obras também aumentam e, portanto, como veem temos conseguido fazer uma evolução positiva. Esperemos que continue, neste momento temos muitos compromissos assumidos e partilho também com os/as Senhores/as Deputados/as Municipais que temos que ter a consciência que temos quase cerca de 53.000.000.00€ (cinquenta e três milhões de euros) de compromissos assumidos para investimentos futuros e que iremos naturalmente, honrar.

Em termos de despesa com pessoal também cresceram sempre, dar uma ideia 33.000.000.00€ (trinta e três milhões de euros) em 2017, 39.000.000.00€ (trinta e nove milhões de euros) em 2021.

Em relação às Grandes Opções do Plano, as despesas dividem-se em 84.000.000.00€ (oitenta e quatro milhões de euros) do Plano de Atividades Municipais, e 31.000.000.00€ (trinta e um milhões de euros) no Plano Plurianual de Investimento.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Em termos de classificação funcional dessa despesa, constata-se que relevam predominantemente as Funções Gerais com 65% do total, que correspondem a despesas que compreendem atividades de âmbito geral da administração, e representando 65% da despesa efetuada, e que inclui também as despesas com o pessoal. Não é só, mas também tem empréstimos, também tem gastos com fornecimentos, água, luz, tudo isto entra nestas Funções Gerais.

Também temos as Funções Sociais que representam 30.600.000.00€ (trinta milhões e seiscentos mil euros), Funções Económicas 7.300.000.00€ (sete milhões e trezentos mil euros) e outras Funções 2.000.000.00€ (dois milhões de euros).

Em termos de despesa realizada com a habitação social, importa referir também um crescimento quase para o dobro ou se quiserem quase 100% desde o ano de 2017, que foram 692.584.00€ (seiscentos e noventa e dois mil, quinhentos e oitenta e quatro euros) e o ano de 2021 foi 1.368.448.00€ (um milhão trezentos e sessenta e oito mil quatrocentos e quarenta e oito euros). Isto naturalmente não traduz e eu falarei mais tarde, porque já está a correr o concurso, do maior dos investimentos que já foi lançado o concurso, para a construção dos noventa e seis fogos e aqui estamos a falar de despesas na ordem dos 10.000.000.00€ (dez milhões de euros) e também ainda não inclui o fim das operações de requalificação que estão a decorrer, tivemos dois prédios, mas temos mais operações a decorrer e, portanto, isto não corresponde à totalidade do investimento que já está comprometido e planeado.

De uma maneira geral o ano de 2021 apresenta um montante de 109.400.000.00€ (cento e nove milhões e quatrocentos mil euros) entre ganhos e proveitos, correspondendo a um incremento de 12.500.000.00€ (doze milhões e quinhentos mil euros) face ao exercício anterior. Um montante de 102.000.000.00€ (cento e dois milhões de euros) de gastos correspondente a um incremento de 6.000.000.00€ (seis milhões de euros) face ao ano anterior, menor que o incremento nos rendimentos, sendo que o resultado líquido como já referi, do exercício apurado pela diferença entre os agregados supra ascendeu a 7.400.000.00€ (sete milhões e quatrocentos mil euros), o que representa um aumento de 6.400.000.00€ (seis milhões e quatrocentos mil euros) face aos resultados do ano anterior.”

6.3 – No debate usaram da palavra os Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), Beatriz Leal Ferreira (PSD), Maria Rita Magalhães (CDU), Margarida Ramires Paulos (PAN); João Eduardo Gerales (CDU), José Ricardo Martins (PS), Pedro Amorim Matias (PS), Joaquim Miguel Judas (CDU) o Senhor Vereador Filipe Pacheco, o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No entendimento do Bloco de Esquerda a WEEMOB é uma empresa pública cuja função deve ser a de proteger e de privilegiar os direitos dos Almadenses à mobilidade, temo-lo dito sempre. E nós de facto, temos tido com este executivo algumas divergências em matérias relacionadas com esta empresa e isso não é novidade como já referi.

Bom, mas a questão fundamental que aqui queremos deixar, é sobre as trabalhadoras e trabalhadores desta empresa que, como é sabido, reivindicam há muitos anos o direito a uma carreira. E sobre esta matéria já questionámos algumas vezes o executivo desta Câmara Municipal, sabemos que existem negociações com a Administração, que neste caso é o Executivo Municipal, sempre que colocámos esta pergunta foi-nos respondido que as negociações estavam em curso, mas sinceramente as respostas que nos foram dadas, não são quanto a nós suficientemente esclarecedoras. A pergunta da nossa Vereadora Joana Mortágua na última reunião de Câmara realizada no dia 18 de abril, foi se das negociações para a materialização do direito a essas carreiras, há tanto tempo reivindicadas pelos trabalhadores, com a garantia de melhorias salariais, decorrem com alguma previsão para a sua inclusão do próximo orçamento, ou se pelo contrário se vai continuar a arrastar com as consequentes preocupações e prejuízos para estas e estes trabalhadores.



E, portanto, esta é uma questão que colocamos legitimamente nesta Assembleia Municipal, a quem governa esta autarquia e gere esta empresa municipal, e para a qual queremos uma resposta concreta e objetiva. Para quando a resolução deste problema? Está previsto ou não a sua inclusão já no próximo orçamento? Quanto tempo mais é que vão deixar arrastar esta situação que, acreditamos nós, todos reconhecemos, é tremendamente injusta para estes trabalhadores, e que carece, portanto de uma resposta concreta por parte deste executivo.

Em relação á proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Demonstrações Financeiras e Orçamentais – de 2021.

A posição do Bloco de Esquerda em relação aos sucessivos orçamentos apresentados pela Câmara Municipal é conhecida, ela está devidamente fundamentada, o critério político bem definido, votámos contra os orçamentos e seria como é evidente, muito estranho que para esta proposta o nosso sentido de voto fosse diferente.

E sobre o documento em discussão, sobre este Relatório, nós na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal realizada no mês de fevereiro, colocámos algumas questões ao executivo sobre algumas das rubricas também elencadas neste relatório e a verdade é que muito poucas tiveram resposta. Ainda assim, insistimos e entendemos importante questionar os governantes desta autarquia sobre alguns pontos deste Relatório esperando naturalmente desta vez sorte diferente.

1. Como é que nos explicam que em 2021, ano marcado pela incerteza e pela deterioração das condições de vida de muitas e muitos almadenses, bem como pela crescente instabilidade sentida pelos pequenos empresários do nosso concelho, que o executivo municipal tenha conseguido arrecadar mais 10 milhões de euros do que em 2020 em impostos e taxas (e falamos de um crescimento superior a 17%)? Poderia ter promovido um orçamento retificativo, que não o fez, para aliviar esta carga fiscal, poderia, dizemos nós, ter promovido um orçamento retificativo para definir novas formas de canalizar, de direccionar esta receita adicional em benefício dos almadenses, não o fez.

2. Como se explica que num cenário macroeconómico de elevada volatilidade e incerteza, com desemprego crescente e crescente precarização das relações de trabalho de muitas e muitos almadenses, o executivo municipal tenha decidido gerir a Câmara municipal, como se de uma empresa privada se tratasse, e porque é que dizemos isto? Reparem, o que observamos neste documento, é que num só ano, esta Câmara Municipal conseguiu 7.4 milhões de euros de lucro, que poderiam e deveriam ter investido no município, seja em habitação social, seja na requalificação do espaço urbano, seja na promoção do município como destino turístico, cultural e ambiental?

3. quais as explicações para o facto de se ter arrecadado mais 37% em rendas de habitações ao longo de 2021 (face à dotação corrigida)? (e estamos aqui a falar de um montante de 203.000.00€) e aqui uma vez mais é importante questionar, foram as famílias a suportar este esforço? Resultou da cobrança de valores em dívida? Foram tidas em conta as condições socioeconómicas dos agregados familiares visados?

4ª Questão, e esta já colocada anteriormente e com uma resposta pouco ou nada esclarecedora, vejamos, porque motivo as transferências correntes para as instituições sem fins lucrativos, ficaram mais de um milhão de euros abaixo do orçamentado? Compreenderão seguramente a nossa perplexidade, e as perguntas que consequentemente se impõem. Que projetos originalmente previstos serem apoiados não o foram? Quais as instituições que ficaram prejudicadas? Dadas as evidentes carências do nosso município, que ações foram dinamizadas pelo executivo de forma a garantir que esta aparente folga financeira chegava a quem mais precisa dela?

5. Esclareçam-nos: por que motivo os apoios destinados às famílias ficaram mais de 80.000 € abaixo do orçamentado (cerca de metade)? O que falhou? O que falhou sobretudo num ano de imensas dificuldades para a maioria dos Almadenses e, sobretudo, dos tecidos sociais mais frágeis? O que é que a Câmara Municipal de Almada fez para aplicar estas verbas, que tinham cabimento orçamental, nas famílias mais carenciadas do município?

6. Como se explica o facto de ficarem ficaram cerca de €500.000 € por investir em habitação? O que ficou por construir e por reabilitar? Quantas famílias continuaram a viver em condições longe das desejáveis em Almada? E já agora diga-nos de que forma o contínuo aumento do custo dos materiais de construção limitou ainda mais a atuação da Câmara Municipal?



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7. Outra das dúvidas com que ficamos ao analisar este documento, é o facto de ficarem, cerca de 7 milhões de euros por investir em edifícios ao longo do ano de 2021? Uma verba relevante, ainda mais quando representa cerca de metade do que estava previsto ser investido e num futuro próximo já deficitário, uma vez que os custos de construção cresceram significativamente face a 2020? Que edifícios ficaram por construir em particular que escolas ficaram por requalificar? Quais as valências que continuaram a ser deficitárias em 2021 e já agora, porque motivo, o executivo não alertou esta Assembleia Municipal destas derrapagens ao longo do último ano de 2021?

8. E lembrando que vivemos tempos em que a emergência climática é realmente urgente, qual a justificação para que o investimento realizado em parques e jardins, tenha sido cerca de metade face ao orçamentado pelo executivo? (E falamos de menos 1 milhão de euros). Isto está no documento Senhora Presidente, não é invenção nossa, e perante estes factos, temos que perguntar, o que é que atrasa, qual o impedimento, para que de uma vez por todas estas executivas mude a sua mentalidade? Quais os impedimentos para que os investimentos não fossem de facto realizados?

9. Qual a explicação para ficarem por investir mais de 1 milhão de euros em material de transporte? Quais as soluções de mobilidade que ficaram por implementar em Almada? De que forma estas foram minimizadas e já agora quais as estratégias de compensação equacionadas para o futuro?

10. Dada a contínua expansão urbana no nosso território e tendo em conta a má qualidade do piso de parte significativa da malha rodoviária em Almada, como se justifica que dos mais de 6.6 milhões de euros previstos para investir em viadutos e arruamentos, tenham sido aplicados apenas pouco mais de 3 milhões? Os baixos relevos que decoram as nossas estradas não são arte, nem cultura, são obstáculos ao desenvolvimento do Concelho e representam custos de muitos milhares de euros, para os munícipes em reparações dos seus veículos, e isso não pode nem deve ser ignorado.

11 - Uma outra que questão que aqui queremos colocar e que tem a ver também com as transferências de Capital, para instituições sem fins lucrativos, é o facto de estas transferências serem 600.000 euros inferiores ao orçamentado (ou seja apenas 43% de execução) e uma vez mais perante este facto, impõe-se uma pergunta também ela bastante pertinente, que infraestruturas ficaram por lançar? Quais os tecidos sociais que foram mais impactados? É importante que nos expliquem para que consigamos perceber.

Por último, de que forma se explica que em 2021, um ano de extremas dificuldades para o país e para Almada, naturalmente, o executivo tenha decidido provisionar mais de 41 milhões de euros? Bom, isto significa que há dinheiro. Há dinheiro para habitação, para qualificação do espaço público, para promoção da mobilidade, para a cultura, para o apoio aos tecidos sociais mais frágeis, para um melhor ordenamento do território que não esteja refém da especulação imobiliária, ou seja, para uma Almada melhor, o que duvidamos é que exista a vontade política para que tudo isto seja uma realidade.

Estas são algumas das dúvidas e perguntas que aqui colocamos e para as quais esperamos as devidas respostas de forma como já disse, fiquemos devidamente elucidados.”

6.3.2 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaria de aproveitar para tecer alguns comentários sobre os documentos apresentados.

Em primeiro, destacamos o equilíbrio das contas da Câmara Municipal: com elevadas taxas de independência financeira, solvabilidade e liquidez. Mesmo com a pandemia, que não só fez reduzir as receitas, como ainda fez aumentar as despesas, o facto de continuarmos a planear a Câmara Municipal de Almada salvaguardando a capacidade de investimento e garantindo sempre fundos de emergência, foi determinante.

Relativamente aos SMAS, a situação financeira de facto, garante capacidade de investimento e de resposta a imprevistos, nomeadamente, até às roturas rapidamente reparadas, como o Senhor Vereador referiu. E, portanto, esta liberdade para investir, deve permitir continuar a garantir a qualidade do serviço prestado, mas também a melhorar o contacto com os almadenses e permitir também trabalhar para uma maior sustentabilidade ambiental das operações da empresa. O SMAS é acima de tudo um servidor público, mas neste caso é um servidor público que consegue conjugar o serviço público com o equilíbrio financeiro.



Relativamente ao Wemob, destacamos aumento exponencial de avenças para os parques de estacionamento, esgotadas e com enormes listas de esperas, de acordo com o Relatório. Do que lemos, nos cinco parques subterrâneos, as avenças representaram 88% dos rendimentos. E é interessante que mesmo nos períodos em que os parquímetros não estiveram a funcionar, as avenças não diminuíram, pelo contrário, houve uma maior procura e isto revela uma disponibilidade dos almadenses para pagarem, para resolver o problema do estacionamento “selvagem”.

O Relatório prevê um agravamento dos problemas de estacionamento em Almada, com uma nova dimensão para além daquela que já se vinha a notar nos últimos anos, o estabelecimento do teletrabalho, que fez reduzir aquela rotação diária dos veículos dentro e para fora da cidade.

O Relatório aponta algumas perspetivas para 2022, que já referem a intenção de criar mais ofertas de estacionamento, que, como todos compreendemos, está condicionada pela situação financeira da empresa.

Sugerimos que, no futuro, com a normalização expectável das contas e com base nos indicadores do Relatório de Contas apresentado, que sejam estudados mais investimentos em parques, nomeadamente subterrâneos. Aumentar a oferta de avenças parece um caminho com retornos positivos. Apesar de estarmos a analisar o Relatório de Contas de 2021, o Relatório como disse, aborda este problema e, por isso, o PSD pergunta o que está previsto para colmatar esta necessidade nomeadamente, mais a curto prazo.”

6.3.3 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre o Relatório e Contas da empresa municipal, uma primeira nota sobre o facto, do relatório justificar a não abertura de cinco dos sete parques de estacionamento previstos para outras tantas praias na Costa da Caparica, por razões que se prendem com a pandemia. O relatório não explica, no concreto, quais as razões para esse facto e, na nossa opinião, devia fazê-lo.

Neste particular importa reter que é um facto que a pandemia permaneceu no ano de 2021, no início do ano houve ainda um confinamento decretado pelo Governo, se bem que bastante mais curto do que o registado em 2020, mas a atividade das obras públicas e da construção civil não parou nesse período. Foi mesmo das poucas áreas que se mantiveram em atividade plena. Poder-se-á alegar dificuldades de obtenção de materiais e de mão de obra para realização das intervenções, mas não é disso que este relatório nos dá conta.

A única coisa que o relatório nos diz é que aqueles cinco parques de estacionamento não funcionaram por causa da pandemia, realidade que terá determinado um desvio negativo na receita prevista no orçamento inicial para 2021 na ordem dos 289.200,00 euros.

Relativamente a esta realidade concreta, terá que colocar-se uma questão: a pandemia era algo conhecido no momento em que o orçamento da empresa para 2021 foi elaborado. As consequências da pandemia também eram já conhecidas nesse momento. Além disso, o facto da pandemia se encontrar então ainda longe de estar terminada (ainda hoje convivemos com ela...), era igualmente facto muito bem conhecido.

A verdade que o presente relatório nos revela é que todas estas condicionantes, conhecidas e reconhecidas por todos, não foram devidamente sopesadas no quadro da elaboração do plano de atividades e orçamento da empresa para o ano de 2021, e chegamos a este momento com o resultado que este relatório revela. Nada que o voto contra da CDU relativamente ao plano de atividades e orçamento da Wemob para 2021 não tivesse antecipado.

Este relatório revela-nos, igualmente, um desvio negativo de 36% na receita, relativamente ao orçamento inicial. Este desvio é justificado pelas medidas excecionais adotadas pela Câmara Municipal no quadro da pandemia, a saber a isenção de tarifação do estacionamento à superfície para residentes portadores dos respetivos cartões de residente, e redução das operações de bloqueio e remoção de viaturas da via pública às situações de infração



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

grave nos termos do código da estrada ou de impedimento de circulação de pessoas e bens nos passeios e outros locais.

Note-se que, ao contrário do que aconteceu em 2020, as medidas adotadas não foram totais e universais, ao contrário, foram até bastante mais reduzidas. E vigoraram apenas entre 1 de fevereiro e meados de abril, ou seja, sensivelmente dois meses e meio. Pensamos que é, aliás, bastante estranho que o relatório refira que a empresa apenas regressou à normalidade em meados de maio, alegando a necessidade de uma “intervenção mais pedagógica” junto dos infratores.

Mas 36% de redução das receitas corresponde a mais de um terço daquilo que foi inicialmente orçamentado, por isso, e em circunstâncias normais, a quatro meses completos de interrupção total da atividade, que como já vimos esteve muito longe de acontecer.

Acresce que esta quebra ao nível de receitas não foi ainda maior porque, como nos revela o relatório, as receitas arrecadadas pela empresa em 2021 pela aplicação de coimas conheceu um desvio positivo de 66% relativamente ao inicialmente previsto.

Este aumento poderá parecer incoerente com a quebra de receitas referida, mas o relatório clarifica: este resultado explica-se pelo facto de terem sido despachadas todas as contraordenações que estavam pendentes do ano de 2019 e uma parcela muito significativa das que estavam pendentes de 2020.

Não colocamos em causa a eficácia e o mérito de colocar “a escrita em dia”, perdoe-se a expressão, e assim encaixar quase 200 mil euros mais do que aquilo que o orçamento previa para esta área de intervenção. Mas importará, certamente, perceber por que razão, não obstante este êxito, se registou um desvio negativo tão expressivo numa área de intervenção da empresa que, normalmente, gera receitas bastante generosas.

Mas a questão mais importante e significativa que este relatório nos revela prende-se com o investimento. O desvio negativo neste domínio atinge os 80,8% (sim, oitenta vírgula oito por cento!). Dos 325 mil euros orçamentados para investimento, foi realizado em 2021 apenas um montante de 62.416,00 euros.

Facto ao qual se adiciona aquilo que, no mínimo, teremos que qualificar como uma curiosidade: em 2021, ano ainda de pandemia como já sabemos, mas muito mais leve nas consequências do que no ano anterior, como também já vimos, o investimento da empresa conseguiu ser muito inferior ao que consta do relatório relativo a 2020 – ano de pandemia mesmo a sério, quando a empresa investiu 309 mil euros! Em 2021, a empresa conseguiu investir apenas 20,8% daquilo que havia conseguido em 2020. Como dizemos, no mínimo é curioso.

Outro dado interessante que o documento nos revela é que o volume de negócios da empresa cresceu, em 2021 e relativamente ao ano anterior, qualquer coisa como 32% (mais cerca de 563 mil euros), sendo que as vendas caíram 16%, mas as prestações de serviços cresceram 33% (ainda que o relatório não nos informe que prestações de serviços são estas no concreto).

Assim como os rendimentos operacionais da empresa cresceram em todos os parâmetros, exceto no Flexibus e veículos em fim de vida (VfV), com destaque, como atrás referido, para as coimas.

Finalmente, os gastos da empresa também foram inferiores em 2021 em 0,76% (menos 22.744,00 euros), incluindo uma redução de custos com pessoal de 4% (não em salários, mas noutros custos).

Perante esta realidade, a empresa conseguiu uma façanha difícil de atingir: acabou o ano com um défice de mais de 150 mil euros! O que só pode significar uma de duas coisas: ou o orçamento inicial foi mal construído (como aliás afirmamos na altura da sua discussão), ou a gestão da empresa foi um desastre completo. Ou as duas coisas.

Por último, e as últimas questões são muitas vezes as primeiras em importância, um problema que constitui uma preocupação central para a CDU relativamente à política de gestão da empresa municipal, e que não vimos, em absoluto, refletida no relatório que nos é presente.



É a questão dos trabalhadores e das suas carreiras profissionais, que continuam por regulamentar na empresa, e infelizmente não foi ainda no ano de 2021, como tememos que não seja também em 2022 e que este problema foi encarado de frente e resolvido pela empresa municipal, como é direito inalienável dos seus trabalhadores.

Ouvimos, há pelo menos quatro anos, a promessa de que serão definidas e estabelecidas as carreiras profissionais, mas a verdade é que quando confrontadas com a questão, tanto a administração da empresa como a sua única acionista, respondem invariavelmente que estão a trabalhar no assunto, mas respostas concretas lamentavelmente são nenhuma.

E não vale a pena, Senhora Presidente da Câmara Municipal, acionista única da empresa municipal, vir dizer que antes também não havia carreiras na empresa. Pois não, e era uma falha; mas a verdade é que a Senhora é já responsável pela situação há quase cinco anos, e se este era um aspeto negativo há cinco anos, e era, é seguramente muito mais negativo que estes anos passados a situação se mantenha inalterada, e sem sinais claros e objetivos de que será alterada a curto prazo.

Por estas razões, a CDU não poderá viabilizar este Relatório e Conta de Gerência da Wemob/Ecalma, pelo que votará contra a presente proposta.”

6.3.4 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O PAN tem votado favoravelmente os orçamentos apresentados pelo o executivo da Câmara Municipal, não porque concordamos com tudo, mas porque temos conseguido ver incluído nos orçamentos matérias que consideramos importantes e pelas quais temos lutado.

No de 2021, destacamos o lançamento do projeto de arquitetura para a construção do novo Centro de Recolha Oficial, um passo importantíssimo e que apesar de lamentarmos a lentidão do processo, salientamos e reconhecemos que é mais do que alguma vez se fez neste campo.

No início do mês, por proposta do PAN, a 3ª Comissão e os Deputados que a compõem, visitaram o atual Centro de Recolha e o espaço onde este novo Centro irá ser construído. Foi possível constatar por todos os presentes a limitadíssima capacidade do atual CRO, para responder às necessidades de um Concelho com uma população de Almada assim como responder às necessidades dos animais que acolhe.

Consideramos também relevantes algumas das iniciativas e projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento, como seja, a aposta na compostagem para redução e progressiva eliminação dos resíduos que vão para aterro, o programa “Almada Solidário” que protege os mais vulneráveis, a promoção do envelhecimento ativo, o Habit’Almada numa Cidade com tanta carência habitacional e claro o desenvolvimento do Plano da Rede Ciclável.

Em suma, pode dizer-se que em geral concordamos com a forma, mas discordamos do peso que o executivo dá a alguns dos temas e projetos, nomeadamente, nas áreas ambiental e animal, e discordamos ainda mais do tempo de espera e de execução desses mesmos projetos. É preciso ir mais longe e é preciso ir mais rápido. E é isso que esperamos que aconteça em 2022.”

6.3.5 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como primeira nota relativa ao Relatório e Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento relativos ao exercício de 2021, importa relembrar que a CDU votou contra as Opções do Plano e o Orçamento dos SMAS para aquele ano, no essencial porque essas opções e o suporte financeiro que lhes foi atribuído, previam a realização de um investimento que, à partida, ficava muitíssimo aquém daquilo que era exigível e que continua a ser exigido, em matéria de intervenção municipal tanto ao nível das redes de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

abastecimento de água para consumo humano, quanto ao nível das redes de drenagem de águas residuais (domésticas e pluviais).

A CDU chamou então a atenção, em particular, para um amplo conjunto de investimentos que é imprescindível concretizar em toda a área de Almada Velha, sem excluir, naturalmente, outras áreas do Concelho.

E não adianta a Senhora Presidente da Câmara Municipal vir já a seguir dizer que não encontrou os papéis, porque na verdade toda a área da Cidade de Almada Velha de que falamos tinha, em outubro de 2017, um projeto bem definido e coerente de intervenção, pronto a ser concretizado, projeto esse que foi simplesmente abandonado pela atual maioria, e que cada vez mais, à medida que o tempo passa, relembramos que já lá vão quase cinco anos!, urge concretizar sob pena de virmos a ser confrontados, a breve prazo, com gravíssimos problemas de ruturas em série, que já começam a ocorrer, nas redes instaladas.

A este alerta da CDU, a atual maioria fez, de novo e como vem acontecendo desde 2018, “ouvidos de mercador”, e não foi ainda em 2021, que uma intervenção de renovação de fundo em redes que, na sua maioria, têm quase cinquenta anos de utilização, começou a ser concretizada pelos SMAS.

O Relatório e Conta de Gerência que estamos a apreciar dá ainda mais força à razão para a preocupação que expressámos neste domínio, revelando que o pouco que se previu investir nas Opções do Plano e Orçamento iniciais, se transformou, ao longo do exercício, ainda em menos, registando-se uma execução de investimento de apenas 36% daquilo que inicialmente se previa investir em 2021. Diremos que 36% de pouco é mesmo muito pouco.

E mesmo que adicionemos àquilo que foi realmente investido pelos SMAS em 2021, os projetos e investimentos que o Relatório revela como previstos e a transitar para o ano de 2022, o que constituiu um exercício pouco adequado já que, lembramos, o grau de execução de um orçamento corresponde àquilo que é realmente pago até ao final do exercício, não devendo incluir pagamento potenciais, a execução do investimento dos SMAS em 2021 ficar-se-ia pelos 59,5% do orçamento inicial. E 59,5% de pouco, continua a ser muito pouco!

Um dado fortemente preocupante que este Relatório nos revela é a dificuldade evidente ao nível da realização da receita. Em 2021, os SMAS apenas foram capazes de realizar 70% da receita global prevista no orçamento inicial, com particular destaque negativo para a receita de capital, que se fixou em apenas 8% do orçamento inicial!

O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro referiu há pouco, que tinha tido um grande êxito durante o ano de 2021, ao nível da arrecadação da receita, com 94%. Mas, o que o mapa da demonstração da execução da receita nos mostra, que está presente no Relatório, é que a receita corrente foi de 98%, a receita de capital foi 8% e a receita total foi de 70%. É o que está no mapa.

A execução global da despesa situa-se igualmente em níveis muito baixos, atingindo apenas 71% do orçamento inicial, com as despesas de capital, como vimos, a contribuírem fortemente para este mau resultado.

Neste quadro, é interessante perceber a capacidade de concretização do Plano Plurianual de Investimentos por departamento dos SMAS. Referimos apenas os departamentos mais “pesados” na estrutura dos Serviços:

- Departamento de Projetos e Obras – orçamento de 5.571.500,00 euros, executou 2.598,280,00 euros (45%);
- Departamento de Produção e Controlo da Qualidade da Água – orçamento de 1.592.800,00 euros, executou 441.009,33 euros (28%);
- Departamento de Gestão de Redes de Água, Drenagem e Logística – orçamento de 1.109.780,00 euros, executou 262.442,90 euros (24%);
- Departamento de Tratamento de Águas Residuais – orçamento de 818.400,00 euros, executou 161.098,29 euros (20%).



De novo lhe dizemos, Senhora Presidente da Câmara Municipal, que não vale a pena vir já a seguir dizer, como fez na Câmara Municipal, que a culpa por este resultado se prende com atrasos nos vistos obrigatórios do Tribunal de Contas, todos sabemos como funciona e como atua e funciona o Tribunal de Contas, e não nos parece que um órgão de soberania como aquele Tribunal possa ter decidido eleger a Câmara Municipal de Almada, neste casos os seus Serviços Municipalizados, como entidade a perseguir por uma qualquer razão.

Também não valerá a pena vir dizer, que estes maus resultados se prendem com a necessidade de acorrer a múltiplos problemas de ruturas registados nas redes, resultado de décadas de falta de manutenção e conservação, e que por serem tantos, não terão permitido que os serviços intervissem, como lhes competia, na concretização de obras estruturais e de fundo. É que se as ruturas pontuais na rede são, normalmente, resolvidas pelos meios próprios dos SMAS, não nos parece que empreitadas de grande dimensão o possam ser igualmente. Uns não se sobrepõem, naturalmente, aos outros em matéria de capacidade material de intervenção dos Serviços.

A verdade, Senhora Presidente, reside noutras razões. E essas razões são fáceis de encontrar e entender. Essas razões prendem-se com uma opção clara de desinvestimento na manutenção, conservação e requalificação das redes de águas e saneamento em Almada, que o atual executivo vem, paulatinamente, desenvolvendo desde finais de 2017.

Senão, bastará atender-se aos números oficiais que constam dos Relatórios e Contas de Gerência dos Serviços Municipalizados ao longo dos últimos anos. E nem sequer precisamos ir muito atrás no tempo. Bastará olhar a esses números nos relatórios de 2015 a 2021.

E o que nos dizem esses números?

Esses números contrariam, frontalmente, a afirmação tantas vezes produzida, sem rigor e sem verdade, segundo a qual antes de 2017 nada se fazia em matéria de manutenção e conservação das redes, e que por nada se ter feito chegámos a uma grave situação de rutura eminente. Esses números desmentem cabalmente quem isto afirma.

Olhemos os resultados de cada um daqueles relatórios no capítulo das despesas de capital em cada um dos anos.

Em 2015, o montante investido foi de 7.238.021 euros, correspondentes a 70,73% do montante inscrito no respetivo orçamento (9.428.024 euros).

Em 2016, o montante investido foi de 5.734.962 euros, correspondente a 52,41% de 7.245.963 euros previstos.

Em 2017, o investimento foi de 6.048.571 euros, correspondentes a 66,32% dos 7.447.675 euros previstos.

Em 2018, e aqui é preciso sublinhar que uma parte muito substancial do investimento concretizado neste exercício, para não dizer a totalidade, resulta de projetos que vinham do mandato anterior da CDU, o investimento foi de 5.268.952 euros, correspondentes a 69,77% do orçamento previsto de 7.794.181 euros.

Em 2019, o investimento concretizado pelos SMAS caiu a pique, como caiu a pique o montante global de investimento orçamentado para esse ano, tendo sido realizados 2.328.868 euros, correspondentes a 51,74% dos 3.014.829 euros previstos.

Em 2020, a um significativo reforço do investimento orçamentado, que passou dos 3 milhões para os 8.174.020 euros, correspondeu uma execução muito baixa de apenas 2.187.670 euros, correspondentes a 29% do inicialmente previsto.

Finalmente, os números do Relatório que estamos a apreciar, referentes ao ano de 2021. O investimento realizado foi uma vez mais muito baixo, como vimos 36% daquilo que inicialmente se previu, no montante de 3.953.001 euros, que compara com os 10.956.815 euros previstos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Por isso, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, a razão para os maus resultados apresentados pelos SMAS não se explica por falta de vistos do Tribunal de Contas, nem pelo facto de andar a acudir a pequenos problemas impedindo a execução das grandes decisões.

As razões para estes maus resultados são políticas e traduzem numa opção de desinvestimento de enormes proporções no serviço público que os SMAS prestam às populações, que a atual maioria promove e cujos números que referimos, que são números oficiais, não são números da CDU, revelam de forma absolutamente cristalina.

A verdade é que ao abandono da intervenção na manutenção e conservação das redes ao longo de décadas que a Senhora Presidente da Câmara Municipal tanto gosta de invocar, estes números dizem-nos, preto no branco, que nos últimos três anos do mandato da CDU, foram investidos pelos SMAS 19.021.555 euros (2015, 2016 e 2017), e nos últimos três anos de mandato da atual maioria foram investidos 8.469.539 euros, bastante menos de metade. Pelo meio fica o ano de 2018, com um pouco mais de 5,7 milhões de euros investidos, mas, como já referimos, estes quase na totalidade resultantes de projetos e processos herdados pela atual maioria do mandato CDU.

E por aqui se percebe quem é que investiu, e quem é que não investe!

Estas são as verdadeiras razões para o insucesso dos SMAS, estas são as razões para a profunda preocupação da CDU relativamente ao futuro, e estas são as razões pelas quais a CDU irá votar contra o Relatório e Conta de Gerência dos SMAS referente ao ano de 2021.

6.3.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou já responder a algumas das questões.

A primeira das questões é de forma sucinta porque foram mesmo muitas perguntas que o Senhor Deputado Municipal José Rocha fez.

Muitas das perguntas que fez estão respondidas diretamente na minha apresentação e no Relatório. Vê exatamente qual é que foi o grau de execução dos cabimentos e dos compromissos, que são verbas que já estão comprometidas, e estamos a falar quase de 100% do orçamento, mas que por razões várias não foram concluídas. Nós temos 93% de compromisso ao nível do orçamento. Ou seja, essa verba está comprometida e, portanto, nós não podemos pegar nessa verba que não conseguimos pagar até ao final de 2021, e abrir uma espécie de leilão “quem quer que temos aqui umas sobras”. Isto não é assim que funciona. E também não devem fazer passar isso às pessoas, porque como sabem, relativamente aos apoios pandemia, aos apoios sociais, a certa altura, nós em 2021, introduzimos a totalidade do nosso Saldo de Gerência, para prever a todos os apoios. Eu não conheço ninguém que tivesse pedido um apoio e em condições de o receber, que não o tivesse recebido. Porque quando me pergunta: “como é que é possível que restaram 600.000.00€ (seiscentos mil euros)”, é porque era verba que foi bem pensada, bem planeada, que estava disponível e que não houve pedidos para que fossem atribuídos. Agora, desculpe, não há nenhum gestor público, eu imagino que também não privado, mas eu aqui falo como gestor público que diga: “olhe está aqui dinheiro vou atira-lo pela janela”. Não existe. Portanto, o que o Senhor Deputado Municipal deve concluir é: as verbas que foram previstas para os apoios, foram bem previstas, foram previstas com margem, não houve ninguém que visse os seus apoios, ninguém que cumprisse naturalmente as condições necessárias para receber o apoio, como é evidente. O mesmo se passou por exemplo, com os apoios ao “Dinamizar” e o “Dinamizar+”, ao todo foram previstos 1.700.000.00€ (um milhão e setecentos mil euros) ficou aquém. Ficou aquém porque naturalmente as empresas tinham que comprovar as perdas necessárias do ano de 2020. Nós prolongamos o prazo dessa recuperação até ao limite do final de 2021, para ter a certeza que podíamos abranger o máximo de empresas possíveis. Aliás, penso que esses 600.000.00€ (seiscentos mil euros) deve ser no programa “Dinamizar” “Dinamizar+”, que começou por ser penso que eram 800.000.00€ (oitocentos mil euros) e depois ultrapassou 1.300.000.00€ (um milhão e trezentos mil euros).



Relativamente à questão dos impostos e taxas, diz que teve um aumento de 17%. É verdade que, nós no início do orçamento de 2021, e face aos maus resultados e as perdas que tivemos em 2020, fomos cuidadosos, fizemos um orçamento de receita cuidadoso. Superou aquilo que nós tínhamos pensado da receita? Superou. Mas isso não é algo que a Câmara Municipal possa controlar, não há nenhum executivo que possa controlar essa questão porque tem a ver com a atividade económica. E, portanto, também aqui, como sabe nós até baixamos o IRS, até devolvemos. E mais, o que é de salientar, é que de facto, nós aumentamos a nossa receita fiscal, tem estado a baixar sistematicamente e a devolver rendimentos por via do IRS, e que isso tem impacto ao fim de dois anos praticamente, do momento em que é aprovado. Tivemos de facto, um aumento de receita, apesar da perda de receita por devolução do dinheiro às pessoas naquilo que era a restituição do IRS. Mas eu sei que o Bloco de Esquerda é contra essa devolução do IRS.

Relativamente, e já foi aqui falado, há uma grande preocupação que tem a ver também com verbas que estiveram cabimentadas, estiveram comprometidas, por exemplo, só a Maria Rosa Colaço, estamos a falar quase de 1.700.000.00€ (um milhão e setecentos mil euros) e já estamos no segundo ou no terceiro concurso que ficou vazio. É um facto, somos os primeiros a lamentar.

As pavimentações, estivemos de facto, à espera do Visto do Tribunal de Contas. É verdade que chegou em fevereiro, penso eu, janeiro ou fevereiro, mas já chegou este ano.

Relativamente e aqui até agradeço que tenha falado, para desfazer aqui alguns mitos na questão do aumento de 35% das rendas de habitação social e edifícios. É preciso lembrar que em 2019 os rendimentos da habitação social, eram 32.112.00€ (trinta e dois mil cento e doze euros) para 2.300 (dois mil e trezentos) fogos, o que dá uma média por mês, de 1.50€ (um euro e cinquenta cêntimos). Começamos a fazer a atualização de rendas e garanto-lhe que, e ainda por cima a Lei não permite aumentar mais do que 10% ou 20% e tem que ser progressivo, neste momento devemos estar à volta de 50.000.00€ (cinquenta mil euros) destas rendas. Portanto, a maior parte deste aumento é de edifícios, outros edifícios que a Câmara Municipal tem e que recebe. Mas vamos fazer um exercício, vamos imaginar que isto era tudo rendimentos da habitação social, sabe qual é que era a média da renda de habitação social em Almada? 7.50€ (sete euros e cinquenta cêntimos). E agora, assim percebe, porque é que o nosso parque habitacional social, está num profundíssimo estado de degradação, onde as pessoas vivem em condições vergonhosas.

O Senhor Deputado Municipal João Gerales, porque eu já vou responder já está a sorrir. Eu espero que um dia possa ser equiparado, mas ainda não é, nós estamos há cinco anos em Almada, os Senhores estiveram 42 anos. É um bocadinho mais. E de facto, não foram em cinco anos que os nossos edifícios de habitação ficaram naquele estado. Assim como também não foi em cinco anos que as redes todas de água ficaram todas arrebentadas, porque das duas uma, ou foram malfeitas pelos Senhores, o que eu não acredito porque os técnicos são os mesmos e a empresa é a mesma ou então de facto, nunca fizeram essas maravilhas que o Senhor Deputado Municipal João Gerales acaba de dizer. Porque os almadenses sabem, e sobretudo sabem por exemplo, os habitantes da Costa da Caparica, sabem quantas vezes já têm ruturas à porta de casa, os habitantes da Charneca de Caparica sabem quantas vezes têm ruturas à porta de casa. E vão dizer que os problemas do estado dessas infraestruturas foram nestes cinco anos? Vamos falar seriamente. As estradas também foi a mesma coisa, estavam impecáveis, a CDU investia que era uma coisa extraordinária, em cinco anos ficaram todas cheias de buracos. Nunca tiveram alcatrão, nada, as pessoas viviam no meio do pó, a mesma coisa foi de repente, isto estava tudo tão gerido, era tão bonito, estava tudo tão cuidado e limpinho, agora é que derrapou tudo. Portanto, eu sinceramente, já Portugal inteiro percebeu que a CDU vive em realidades alternativas. Há uma realidade alternativa na qual o PCP, a CDU, vivem. É uma realidade alternativa a nível nacional, a nível municipal. Algumas são inofensivas, são quase ingénuas, outras são por vezes caricatas, outras são preocupantes e até perigosas. Mas isso deixo com os Senhores.

A CDU vem lembrar que votou contra, eu acharia que era de lembrar se alguma vez votou a favor, porque eu não me recordo. Não me recordo que alguma vez tenha votado a favor, portanto, durante 40 anos votaram a favor, os quarenta anos do estado maravilhoso em que deixaram o Município votaram a favor. Agora, que as pessoas veem a reabilitação nas casas, nas ruas, nas praças, no passeio em todo o lado, veem, sentem, aí votam contra. Estamos esclarecidos e ainda bem que não há qualquer engano sobre essa matéria. Se é para reabilitar, qualificar, votam contra, se é para manter e degradar votam a favor. Pronto é a lógica da CDU, ficamos todos bem.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente às carreiras da WEMOB. A CDU vem aqui falar que está preocupadíssima com a WEMOB, que está mal gerida, que tem deficit, mas apesar de ter resultados negativos, é preciso aumentar os encargos com pessoal, deve ser para ver se a empresa vai mesmo à falência, que foi o risco em que a empresa esteve como todos se recordam em 2020. Quero descansar aqui que o projeto das carreiras está feito, está pronto para começar a ser iniciado, mas, é um projeto que implica um aumento de responsabilidades e de custos para a empresa. Implica. E temos que ter a frontalidade de o dizer. E é importante, que a empresa possa ter minimamente uma situação financeira estável. Porque senão, são os empregos dos trabalhadores que os Senhores dizem como sempre, falsamente e tentando usar politicamente, são os empregos dessas pessoas que estão em risco.

A Senhora Deputada diz: “não venha falar, que já podia ter feito e era um erro”. Desculpe, mas venho. Quando abriram a WEMOB há dezassete anos, porque é que não fizeram logo as carreiras? Porquê?

A Senhora Deputada Municipal Margarida Paulo, agradecer as palavras, mas eu tenho que ser justa. Há quem confunda o atual e o anterior executivo, entretanto umas eleições não correram bem para toda a gente. Mas, eu quero dar aqui uma palavra de reconhecimento a quem tinha responsabilidades nesta matéria.

Quando fala que o atual CRO – Centro de recolha Oficial não tem condições, de facto, não tem. Mas havia de ter visto o atual CRO há quatro anos. É porque não só não tinha condições para os animais, como não tinha certamente condições para os trabalhadores. Portanto, tudo o que lá viu, todos os escritórios, todos os contentores, todos os serviços veterinários, tudo o que foi feito, foi de facto, a primeira urgência. Foi criar um mínimo de dignidade. Porque se lá voltar, verá uma espécie de buraco, um buraco que era ali que os trabalhadores do Centro de Recolha Animal de Almada trabalhavam. E sabe porquê? Porque parece que há uns Senhores que dizem que defendem os trabalhadores, mas quando gerem, põem os trabalhadores a trabalharem em buracos. E, portanto, eu quero dar aqui uma palavra de agradecimento ao Senhor Vereador Nuno matias, pelo empenho, que teve a responsabilidade nesta matéria, e na altura a prioridade de facto foi uma. Criar condições mínimas para os trabalhadores. Ou seja, criar condições para os animais e para os trabalhadores. Claramente não chega nem faz sentido que seja naquele sítio, isso nós sempre dissemos. Não faz sentido um centro de recolha animal ao lado de uma escola, não faz sentido. Nem percebo quem é que se lembrou de ter essa ideia. Deve ter sido umas pessoas que gerem muito bem, é verdade. Mas quando votavam a favor era pôr os centros de recolha animal ao lado das escolas.”

6.3.7 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Responder a duas perguntas que me foram colocadas, desde logo pela Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães do PCP.

Eu de facto tenho o maior respeito por aquilo que é o papel da oposição, mas eu confesso que fico confuso com aquilo que tem sido a posição do PCP ao longo dos últimos tempos, relativamente à WEMOB, que eu acho que revela algum desnorte.

Começou por dizer que: “a pandemia e as medidas excecionais, eram espectáveis e deviam ter sido previstas pela WEMOB”. Se eram assim tão expectáveis eu pergunto porque é que o próprio PCP foi contra essas medidas em dezembro de 2021? Se eram expectáveis, porque é que disseram, a nível nacional, que elas não faziam sentido e não se justificavam face ao estado em que o país estava. E, portanto, foi *ipsis verbis* aquilo que foi dito. E, portanto, é uma evidência aquilo que era previsível ou não.

Mas eu quero também recordar aquilo que têm sido as posições do PCP nomeadamente, nas reuniões de Câmara, nas últimas reuniões de Câmara. Há umas reuniões de Câmara atrás, o PCP começou por criticar aquilo que era o aumento do Contrato Programa para a WEMOB. Portanto, era excessivo, ele devia ser reduzido. Na reunião de Câmara seguinte, por sua vez criticaram aquilo que era a redução drástica do investimento previsto da WEMOB. E agora, hoje, vêm por um lado criticar aquilo que são os resultados negativos da empresa, mas ao mesmo tempo exigir carreiras que têm um impacto também naquilo que é a necessidade de investimento da própria empresa, coisa que não fizeram durante dezassete anos. E, portanto, dão uma no cravo e uma na ferradura, para tentarem arranjar argumento para serem contra e não proporem nada daquilo que deviam ter



feito e não fizeram. Portanto, dizer só uma coisa e com isso fazer a ponte e responder também ao Senhor Deputado Municipal José Rocha, relativamente às carreiras, dizer-lhe que nós estamos muito empenhados nas carreiras. É entrar nas duas décadas de funcionamento da WEMOB com toda a dignidade dos seus trabalhadores, é fazer aquilo que nós estamos a fazer, mas respeitando o processo negocial. De forma muito concreta, não, não estamos já a prever incluir no próximo orçamento, se, entretanto, o processo negocial estiver fechado, certamente que irá ser previsto, se não estiver fechado, não pode ser previsto, é uma evidência também. Nós respeitamos muito processo negocial, estamos a reunir com os sindicatos, já fizemos uma reunião também geral com todos os trabalhadores, já apresentamos aquilo que é a nossa proposta inicial do modelo de carreiras, pela primeira vez em dezassete anos apresentamos um modelo concreto, algo que nunca foi feito, designadamente, por aqueles que enchem a boca para dizer que são os legítimos representantes dos trabalhadores. Representar os trabalhadores, é ouvi-los e também fazer este trabalho por eles.”

6.3.8 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de começar a minha intervenção, deixem-me dizer que eu normalmente não me perturbo com aquilo que são os treinadores de banca, permitam-me este desabafo. Mas o que é certo é que eu hoje estou aqui um pouco mais chegado para a minha direita, normalmente estou mais para a minha esquerda, e tenho ouvido alguns e com algum desagrado, alguns treinadores de bancada, que eu acho que pelo menos, e com seriedade, deveriam como diz o brasileiro: “meter a viola no saco”. Porque eu tenho ao longo do meu percurso e já tenho alguns anos de Presidente de Junta de Freguesia e de Assembleia Municipal, ao longo do meu percurso tenho e terei sempre porque sou democrata, aceito todas as ideias dos outros.

Obviamente que nós temos sido, nós Costa da Caparica, nós Freguesia periférica do Concelho de Almada, temos sido durante anos, ou por falta de visão estratégica, e agora até, inclusive, e vou-me focar aqui naquilo que são os rebentamentos que eu hoje ouvi aqui na rede de abastecimento de água. De abastecimento, mas não só de abastecimento, de abastecimento e saneamento. E vou lembrar aqui um episódio que se passou no dia 24 de outubro de 2013. Eu tomei posse, o Senhor Presidente na altura, Joaquim Judas que está aqui, eu tomei posse no 23 de outubro de 2013, no dia 24 às 09H00 foi acionada a Proteção Civil com cheias no Bairro Campo da Bola. Foi-me dito e eu não quero aqui frisar nomes, foi-me dito por alguém responsável da Câmara Municipal, que o problema do abastecimento e do escoamento, iria ser resolvido nos próximos dois anos, portanto, extrapolamos para 2015, com o investimento de 6.500.000.00€ (seis milhões e seiscientos mil euros). O que é certo é que nem há quinze dias, rebenta a conduta principal de abastecimento à Costa da Caparica, uma conduta que tem mais de cinquenta anos, que ainda é em fibrocimento, e que põe em causa todo o abastecimento seja a Norte ou a Sul da Costa da Caparica. E isto é a realidade que temos hoje. Podemos vir para aqui falar em dois milhões, três milhões, cinco milhões, dez milhões de investimento, o que é certo é que durante estes anos todos, e este executivo está há cinco anos na Presidência da Junta de Freguesia, o que é certo é que durante estes anos todos nós tivemos rebentamentos na Costa da Caparica, faltas de água na Costa da Caparica e outras coisas mais. Eu bem percebo que se calhar a estratégia de desenvolvimento da Costa da Caparica quando foi feita ou quando foi tapada a vala, quando foram feitos o abastecimento e o saneamento, estava previsto para mil pessoas ou duas mil pessoas, nós hoje somos muito mais do que isso, e no verão temos cerca de um milhão de pessoas a irem à Costa da Caparica, e esta visão estratégica, que realmente não foi vista, durante estes anos todos, pela CDU, não só a nível de visão estratégica e conhecimento, (e já vou falar da mobilidade e das estradas) mas também no saneamento, ainda em vez de estarem do lado da solução, ainda estão do lado da crítica e falar em milhões?

Vou falar agora daquilo que me traz aqui, porque acho que os filmes não são só a preto e branco e eu gosto de colorir um pouco, aquilo que foi o ano 2021, um ano extremamente difícil para todos nós, essencialmente para quem esteve nas Presidências da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia assim como todos os meus camaradas e colegas Presidentes de Junta na altura.

Eu posso aqui elencar uma série de obras que foram feitas na Costa da Caparica demonstrando aquilo que é a estratégia que este executivo da Câmara Municipal tem, finalmente uma estratégia de desenvolvimento em



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

varias áreas. Seja na área do turismo, seja na área da mobilidade, seja inclusive, na área do ambiente, seja na área da segurança. Eu gostaria aqui de destacar algumas obras que são pertinentes e são de uma máxima importância para a Costa da Caparica. À cabeça obviamente a Estrada Florestal com um investimento de cerca de 2.500.000.00€ (dois milhões e quinhentos mil euros), que vai obviamente ligar tudo aquilo que é centro urbano da Costa da Caparica e as praias a Sul. Era uma obra de extrema importância para a Costa da Caparica aliás, eu discuti-a várias vezes com o ex Presidente Joaquim Judas, era uma obra fundamental para a Costa da Caparica, está a ser feita, está a ser executada, é uma grande mais valia para o Concelho, uma grande mais valia para os caparicanos, uma grande mais valia para os almadenses e uma grande mais valia para todos aqueles que nos visitam durante o ano. E esse é um agradecimento que eu tenho de fazer a este executivo da Câmara Municipal, porque finalmente, foi possível fazer esta tão desejada obra que era necessário ser feita.

Depois a rua dos Pescadores. A rua dos Pescadores é um ícone da Costa da Caparica, esteve degradada durante anos, desde 1998 que estava degradada. Foi em 2020 começada e acabada em abril de 2021. Houve um investimento de 700.000.00€ (setecentos mil euros), se, isto é, mentira, eu calo-me e vou-me embora. Mas esta é a realidade.

Depois gostava aqui de frisar mais duas coisas. Está em obras a parte final do IC20, mais uma obra fundamental, não só no escoamento do trânsito do acesso à Costa da Caparica, como também naquilo que é o investimento que os SMAS estão a ter, 478.000.00€ (quatrocentos e setenta e oito mil euros) pela primeira vez num troço de abastecimento, uma derivação para Norte e para Sul da Costa da Caparica, e isto tem que ser dito aqui. Eu não aqui falar de orçamentos de cinco ou seis milhões de 2013 ou 2014, o que é certo é que pela primeira e eu estive lá, eu dei a cara, pela primeira vez está a haver um investimento de abastecimento de água na Costa da Caparica que vai obviamente acabar com as ruturas diárias. Não vai ser toda feita nesta empreitada, é preciso depois mexer também na Avenida Doutor Aresta Branco, na avenida D. Sebastião, reperfilar essa rua e ligar à Estrada Florestal para a tal mobilidade (e agora vou entrar na parte da mobilidade), para a tal mobilidade leve, ciclável, com redes cicláveis que é preciso fazer na Costa da Caparica. E isto sim, é uma visão estratégica de desenvolvimento para a Costa da Caparica, para o Concelho, para aquela que é a Freguesia periférica do Concelho, mas que é se calhar, a mais visível. E eu já estou a dizer “se calhar”, para não dizer “de certeza” a mais visível que dá digamos, também, algum nome ao Concelho de Almada.

Gostaria agora aqui de falar de uma outra situação e ouvi aqui falar de ambiente, eu não sou ambientalista radical, mas uma das coisas que a mim me diz respeito por viver num território muito frágil, em três vertentes diferentes, tenho discutido isto muitas vezes, num território muito frágil em três vertentes diferentes, é preciso mitigar aquilo que é a nova ideia mundial e aquilo que se chama alterações climáticas. E começemos a falar de energia e de poupança de energia, e daquilo que foi não só a poupança de energia pela implementação de Leeds na rua dos Pescadores e toda a Avenida da República, Jardim Urbano e também na frente da Costa da Caparica, eu posso vos dar os números de quantas estruturas Leeds foram realmente colocadas, são 154 instalações Leeds durante o ano de 2021, 105 das quais no paredão e no Parque Atlântico que hoje também é uma alegria ver ali os miúdos, graúdos a praticarem desporto, e mais 49 na Praça da Liberdade e na rua dos Pescadores, e a isto chama-se trabalhar para o ambiente. Não só isto, mas isto também é trabalhar para o ambiente. E quando se fala de ambiente e se fala de poupança energética, não se pode passar uma borracha sobre aquilo que foi o ano de 2021 e a aposta da Câmara Municipal neste sentido e isto é uma realidade.

Gostaria ainda de falar de mais três situações que foram realmente com alguma alegria que nós caparicanos e todo o Concelho, desfrutou.

Primeiro, e pela primeira vez, houve um Torneio Internacional de Ténis nos cortes de ténis no Jardim Urbano. Pela primeira vez, fez-se um Torneio de Ténis Internacional, pondo os Cortes de Ténis do jardim Urbano a funcionar. É um primeiro passo que eu espero que seja para no futuro.

Não quero falar de novo no Caparica Surf Fest porque o modelo é outro, o Caparica Surf Fest tem sete anos, o modelo é outro, os objetivos são outros e estão a ser conseguidos, mas preciso aqui ainda de falar de mais duas coisas. Uma delas é que não consigo perceber um turismo de qualidade e um aumento do turismo sem segurança. E isto que eu vou dizer pode ser displicente para muitos de vós, mas para nós que vivemos à beira



mar, é realmente muito edificante. Ou seja, ter 365 dias por ano, segurança nas praias da Costa da Caparica para nós foi uma lança em Africa, foi alargado no ano de 2021 e mais uma vez agradeço à Câmara Municipal de Almada, porque é importantíssimo, não pode haver turismo sem haver segurança. E a segurança nas praias era importantíssimo. Poderia aqui dizer mais duas ou três coisas: a reabilitação do telhado do Pavilhão da Escola EB 2,3 da Costa da Caparica dando aqui a oportunidade não só dos alunos fazerem desporto, mas também daquilo que é a utilização pelas várias associações e clubes na Costa da Caparica. Permita-me que não fale das outras Freguesias do Concelho, apenas para dizer a nível de mobilidade é muito confortável com as novas carreiras da Lisboa Metropolitana, que irão entrar no dia 2 de julho, e é muito confortável ver as duas Freguesias mais periféricas, Charneca de Caparica e Sobreda e Costa da Caparica, serem rentabilizadas a nível de mobilidade.

A Estrada Florestal, a Avenida do Mar está a caminho, as pessoas que querem ter acesso às praias mais Sul da Costa da Caparica para o lado da Fonte da Telha, vão com certeza ter neste momento segurança para a percorrer e também melhor percurso para o fazer.

Muito obrigada Senhora Presidente, da Câmara Municipal, pelo trabalho feito em 2021.”

6.3.9 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Amorim Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaria de dar aqui algumas notas relativamente ao funcionamento dos SMAS e a algumas críticas que aqui foram dirigidas.

Há muitos pontos que têm vindo a ser trabalhados dentro dos SMAS, eu acho que temos que fazer uma avaliação muito positiva aquilo que foi o trabalho nos últimos quatro anos, não correu tudo bem, também reconhecemos isso, mas tem feito um esforço enorme e penso que daqui a algum tempo os SMAS são uma empresa diferente do que era no passado.

Queria começar pela primeira questão, que me parece importante, que é: a nova organização dos serviços. Penso que os SMAS têm um funcionamento muito melhor hoje do que tinha há uns anos atrás e penso que está a correr bem, até o próprio atendimento ao público.

Depois, dar nota de uma reforma que foi importante e que está a ser trabalhada, que é: a substituição do sistema de cobranças e gestão de dívidas nos SMAS. Eu recordo-me há uns anos atrás, e recordo-me há bem pouco tempo, penso que em 2013 ou 2014, houve uma alteração de um sistema informático nos SMAS. E foi público, dito pelos próprios serviços que perderam milhões de euros nessa transição de dados de um sistema para o outro. Eu recordo-me de um requerimento que foi feito na altura aos SMAS, penso que nunca foi respondido, penso que isso era uma situação que devia ser também avaliada e sei de alguns milhões de dívidas quando chegamos que existiam. Porque a prática era não haver cortes de água a ninguém e havia entidades que deviam 10, 15, 20.000.00€ e não havia cortes. Era a ordem que a Administração dos SMAS dava à gestão de cortes, que era não se cortar a água a ninguém. Pode-se não cortar a água a um particular desde que a sua situação seja revista, mas estamos a falar de empresas que têm dívidas muito elevadas. Portanto, este sistema e gestão de dívidas é muito mais célere e é muito importante que se comesse a cobrar a água porque isso também vai permitir um aumento de receita e também vai permitir depois fazer investimentos.

Sabemos hoje também que a falta de investimento na rede de água é crónica em Almada. E ela é crónica porque nunca houve uma estratégia para esta área. Nós sabemos que as obras debaixo de chão não se veem, não são visíveis, são sempre obras muito difíceis, causam muitos inconvenientes, mas é preciso ter uma estratégia para resolver esses problemas. Não podemos continuar como estávamos na gestão CDU, que se fazia uma gestão à lupa e quase dia a dia. Não! A empresa e a organização têm que ter uma estratégia definida, clara para os próximos anos.

Vai entrar em vigor e penso que está a ser trabalhado também, um novo regulamento de abastecimento de água e também será lançado em breve um novo estudo sobre o tarifário. Como sabem também, Almada recebe grande parte da água para consumo do Concelho do Seixal. Os SMAS, lançaram agora uma nova prospeção e gastaram 500.000.00€ (quinhentos mil euros) isto é um investimento, num furo na Aroeira que vai permitir



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

também termos aqui alguma independência e termos aqui alguma capacidade de abastecimento de água dentro do nosso Concelho.

Existem também e já está em funcionamento um plano de redução de perdas de água, como sabem, as condutas vão continuar a rebentar, porque muitas estão envelhecidas, mas tem-se feito um esforço e existe um plano para redução de perdas de água.

E depois queria também falar aqui de uma situação que afeta os almadenses que é a zona de Almada Velha.

Eu recorde-me em 2015, era o Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas Presidente da Câmara Municipal, foi anunciado uma grande obra e até um empréstimo para a realização da substituição do abastecimento de água em Almada Velha. Aconteceu que estamos em 2022, não sei para onde foi o dinheiro, provavelmente há justificação, mas esse empréstimo serviu para tudo menos para renovar a zona de Almada Velha que tanto necessita e é um trabalho que os SMAS vão ter que fazer se calhar mais cedo do que a Câmara Municipal de Almada e a Administração dos SMAS pensam. É uma situação muito grave e crítica.

É preciso também e também está a ser pensado pelos SMAS, a expansão da rede de água até à Costa da Caparica e a zona da Aroeira na Charneca de Caparica.

E queria realçar aqui três investimentos que estão uns no Tribunal de Contas, outros vão começar penso que na próxima semana, e dar nota da requalificação da Vala da Quinta de Santa Teresa na Charneca de Caparica, uma obra importante, havia ali problemas graves e os SMAS vão iniciar na próxima semana a requalificação desta Vala.

A questão da Avenida do Cristo rei também, aguarda Visto do Tribunal de Contas, e também na Sobreira a eterna Estrada Nacional 10/1, a cada dia quase a cada hora, rebenta a adutora. Há mais de vinte e tal anos que andamos nisto, a estrada é uma manta de retalhos, deixou de ter condições para circular de automóvel, porque dia sim dia não, a adutora rebenta. É uma obra que é urgente, esperamos que o Tribunal de Contas seja célere para que esta obra possa arrancar o mais rapidamente possível.

E dar nota de um problema que também afeta os SMAS, para além da receita, porque só ela permite investimento, tem a ver com os custos atuais da energia. Os custos atuais da energia nos SMAS duplicaram de 2021 para 2022. São custos extraordinariamente elevados e que têm um peso e que comprometem muitos investimentos que podiam ser feitos ao nível da rede. Portanto, temos também que pensar que, com esta questão da guerra que acabou por inflacionar os preços da energia, veio condicionar também muito esses investimentos.

Dizer também que foram lançadas agora novas licenças de descarga de água, isso vai obrigar a uma maior exigência e um maior investimento nas nossas ETAR,s para que possa ser cumprido esses novos parâmetros. Cada vez são mais exigentes e ainda bem as licenças vão criando esta exigência daquilo que é feito e daquilo que é tratado nas nossas ETAR,s.

E para terminar, eu acho que neste momento os SMAS têm que continuar esta senda de ter uma estratégia definida para o Concelho de Almada, com objetivos claros, e explicar à população o que é que vai acontecer nos próximos anos. Sabemos que há uma limitação orçamental para fazer investimento, mas temos que partilhar isto com as pessoas, partilhar a preocupação com a população, explicando à população aquilo que é necessário fazer no Concelho de Almada.

Podia falar aqui na Charneca de Caparica de toda a rede, nós sabemos no estado atual que está, têm vindo também a substituir agora com esta obra da EN377, tem-se feito algum investimento na rede, mas vamos precisar de muito mais. Portanto, era importante, que os SMAS independentemente, das avaliações que, alguns partidos com uma enorme responsabilidade durante 41 anos, na gestão dos SMAS, que tiveram no Concelho de Almada, é importante não perder o foco. E o foco é trabalhar com rigor, com objetivo e permitindo que as populações também acompanhem explicando aquilo que é nosso trabalho."



6.3.10 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu escutei atentamente as respostas da Senhora Presidente da Câmara Municipal e deixe-me dizer-lhe que, o orçamento foca-se para o próprio ano e grande parte do conteúdo da sua resposta foca-se sobretudo em compromissos futuros. Este é um dos reparos que eu quero aqui fazer.

Depois, saudar o facto de finalmente ao que parece, ser conhecedora da real dimensão do parque habitacional municipal. E dizer-lhe já agora, quando falamos na questão dos mais de 10.000.000.00€ (dez milhões de euros) de receita em taxas e impostos que a Senhora Presidente reconhece que até excedeu as expectativas, nessa sua resposta a Senhora Presidente disse que até baixou alguns impostos. Tem todo o cabimento lembrar-lhe que uma das propostas do Bloco de Esquerda no orçamento anterior, foi exatamente baixarmos de 0,01% o IMI e que o executivo recusou categoricamente, não querendo onerar o orçamento camarário. E, portanto, parece-me muito propositado neste momento lembrar-lhe este facto. O Bloco de Esquerda uma das propostas que propôs para o orçamento foi exatamente a diminuição do IMI que a Senhora Presidente recusou e legitimamente, e pelos vistos parece que havia margem para essa diminuição. É só este pequeno reparo, às vezes é importante lembrarmo-nos no momento certo.”

6.3.10 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Miguel Judas (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estamos hoje a debater, e vamos deliberar, sobre o “Relatório e Demonstrações Financeiras e Orçamental de 2021” da Câmara Municipal.

Nada temos a dizer sobre as Demonstrações Financeira e Orçamental elaboradas pelos serviços da Câmara Municipal, a quem reconhecemos toda a competência para o efeito.

É nosso entender que nesta oportunidade importa sobretudo que nos pronunciemos sobre a atividade da Câmara Municipal em 2021, que estas Demonstrações Financeira e Orçamental espelham.

O ponto de partida e referencial para a avaliação que somos chamados a fazer está no Plano de Atividades e Orçamento para 2021, apresentado pela Câmara Municipal e aprovado pela Assembleia Municipal em dezembro de 2020.

Não estamos propriamente num Brainstorming nem numa reunião irresponsável em que tudo possa ser colocado em cima da mesa. E mesmo tendo essa possibilidade e essa liberdade, temos que nos focar naquilo sobre o qual temos que deliberar.

Votamos então em 2020, contra a proposta apresentada, com o fundamento de que as prioridades das então apresentadas nas Opções do Plano e o Orçamento para 2021, não correspondiam ao que consideramos ser as necessidades de desenvolvimento do nosso Município, estando mais marcada pela agenda eleitoral do que por uma efetiva resposta aos problemas da população.

O Relatório que temos em consideração confirma que tínhamos razão.

A Câmara Municipal, apesar de beneficiar de uma muito confortável situação financeira que lhe é oferecida por uma receita fiscal em notável crescimento, não aproveitou os recursos disponíveis para dar atempada resposta a emergentes problemas sociais e às crescentes exigências com que o município se confronta em matéria de equipamentos, de habitação e de ordenamento do território.

Quando estamos aqui a falar em receita, não estamos a falar na receita de 2021, estamos a falar na receita prevista na proposta de orçamento que foi apresentado para 2021. É nessa receita que nos estamos a referir.

Queremos com isto dizer que nada foi feito? Não!



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mas necessariamente temos que constatar que, pese os obstáculos que reconhecemos, designadamente os colocados pela pandemia que assumiu particular gravidade no primeiro trimestre no ano 2021, num quadro em que Almada manteve a elevada atratividade que o censo demográfico de 2021 e as receitas fiscais refletem, o Plano Diretor Municipal não foi finalizado, o Plano de Urbanização de Almada Nascente não deu passos no sentido da sua construção, o anunciado Caparica Innovation District, não definiu os seus contornos, os projetos de reconversão da Frente Atlântica embrulharam-se e não progrediram, importantes equipamentos municipais não foram alvo das urgentes intervenções de que necessitam, a oferta de alojamento a famílias carenciadas foi irrelevante.

Os equipamentos têm um tempo de vida, quando nós compramos uma máquina de lavar ou um carro, há uma garantia, todos sabemos isso. Durante um determinado número de anos ou por um período, está garantido que aquele material tem que funcionar em condições. Mas também todos sabemos que, a partir de certa altura é necessário tomarem-se as devidas medidas de manutenção e conservação desse material. E, portanto, quando se esgota o período de existência de determinado material tem que começar a ser programado a sua intervenção e a sua reparação. Portanto, não vale a pena falarmos 40, 50, 60 anos, é o tempo de duração daquele material. Chegado aquele período sabemos. Quando cheguei à Câmara Municipal em 2013, de facto é verdade, uma das primeiras coisas que me disseram, é que tínhamos de arranjar 50.000.000.00€ (cinquenta milhões de euros) para fazer a renovação da rede dos SMAS. Não sei se as contas ainda são de 50.000.000.00€ (cinquenta milhões de euros) mas naquela altura era de 50.000.000.00€ (cinquenta milhões de euros). Tínhamos que dar corda aos sapatinhos para procurar encontrar os 50.000.000.00€ (cinquenta milhões de euros). E as coisas iam-se fazendo naturalmente, à medida dos recursos que tínhamos, mas com programação e com a consciência da necessidade que isso tinha que ser feito.

E ainda nesta matéria, porque se falou aqui muito das questões da rede e falou-se da Costa da Caparica. Não podemos separar as questões da intervenção da Costa da Caparica do projeto e do Programa Polis da Costa da Caparica, um programa com 60% de investimento do Governo Central com fundos comunitários, 40% de cofinanciamento da Câmara Municipal. Um projeto que tinha o apoio técnico do Parque Expo. E um projeto como se sabe, naquele ano caiu. Caiu com a Autoestrada do Baixo Tejo, caiu com a não contestação da Providencia Cautelar em relação ao Pinhal do Inglês, e, portanto, aquilo que nós tivemos, foi que tudo aquilo que eram os Planos de Pormenor 1, 2, 3, alguns já estavam feitos outros tinham que se fazer, naufragou tudo. E, portanto, estarmos agora a falar de que as intervenções que se faziam debaixo do chão tinham que ser feitas na Costa da Caparica na programação que presidia ao Polis da Costa da Caparica. Enfim, são vicissitudes, são coisas que acontecem, houve todos os problemas que nós conhecemos de financiamento do Estado nessa altura e que também passaram por aqui, e tivemos que os enfrentar.

O parque habitacional do Município e as suas áreas envolventes continuam a degradar-se, a nossa intervenção no espaço público mantém em vastas áreas do Concelho ainda grandes insuficiências.

Como sempre afirmámos e reafirmamos em dezembro de 2020, a Câmara Municipal, em nome da população que representa, tem o dever de exigir ao Governo que cumpra as suas responsabilidades para com os Almadenses e a população da nossa região, realizando as obras que são da sua competência, atendendo a necessidades objetivas que se colocam, seja em matéria de saúde, de segurança, habitação e outras que apenas o Governo da República tem condições de satisfazer. Nesta matéria, porém, a convergência política do Governo com a nossa autarquia, traduziu-se numa real e efetiva desresponsabilização onde, com a exceção da tardia conclusão das obras na escola onde nos encontramos, o que vimos foi a em alguns casos a Câmara substituir-se ao Governo.

Mas se as opções tomadas em 2021 passaram ao lado e adiaram soluções indispensáveis ao desenvolvimento sustentável de Almada, no quadro da dinâmica que caracteriza a Área Metropolitana de Lisboa, a execução do que foi aprovado ficou também muito aquém daquilo que foi o compromisso do executivo municipal do PS e PSD.



E é isso que estamos a avaliar. O que é que programamos, qual a verba destinada para a concretização desses projetos e o que é que conseguimos concretizar. É isso que estamos hoje aqui a avaliar.

Para 2021 orçamentaram-se 146,5 milhões de euros de despesa, mas a despesa efetiva foi de apenas 99,5 milhões de euros – um nível de execução de apenas 75,8% – em linha com o ano anterior e o mais baixo do último mandato.

Ao nível das despesas de capital o cenário é pior já que as aquisições de bens de capital tiveram uma execução de apenas 49,4%, menos de metade do que se prometeu executar.

Nas mais variadas rubricas do Plano Municipal Plurianual de Investimento a execução é em muitos casos inferiores a 50%.

Alguns exemplos da execução do PPI de 2021 ilustram aquilo que afirmamos:

- Projeto de Aquisição, Construção, Conservação e Reparação de Edifícios Municipais a execução prevista era de 2,4 milhões euros, mas ficou-se pelos 894 mil euros (37,4%);
- Centro de Serviços Municipais – Reconversão do Edifício EDP, a previsão foi de 246 mil euros, a execução foi de 131 euros (0,0%);
- Requalificação e Fiscalização da Obra do Edifício dos Paços do Concelho, previram executar 1 milhão de euros, executaram 267,9 mil euros (26,8%);
- Novas Instalações do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), a previsão foi de 100 mil euros, nada foi executado;
- Ampliação da rede pré-escolar – Jardim Infantil da Ramalha previsão de 100 mil euros, a execução foi de 215,4 euros (0,22%);
- Investimento no Ensino Básico e Secundário, a previsão foi 7,3 milhões de euros, a execução foi de 4,2 milhões de euros (57,7%). A situação lamentável da Ampliação e Requalificação da EB Maria Rosa Colaço pouco contribuiu para a má execução, pois só se previram executar 280 mil euros e executaram-se ainda assim apenas 113 mil euros (40%).
- Para Construção e Aquisição de Habitação Social, em 2021 a previsão de despesa foi de 811,4 mil euros e gastaram-se 775 mil euros na aquisição de alguns fogos não tendo até agora sido construída nenhuma nova habitação pelo atual executivo.
- Para o Programa de Requalificação e Manutenção do Parque Habitacional do Município, a previsão de despesa foi de 611 mil euros, a execução foi de 337 mil euros (55,0%);
- Para o Projeto “Uma Praça em cada Bairro”, a previsão de despesa foi de 80 mil euros, mas nada foi executado;
- Para o Projeto Integrado e Obras de Requalificação da Frente Atlântica, a previsão foi de 160 mil euros, a execução foi de 12,9 mil euros (8%);
- Para os Projetos de Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, a previsão de despesa foi de 2,9 milhões de euros, mas nesta área sensível só 1,3 milhões de euros foram gastos (43,8%);
- Para Projetos na área da Cultura, previsão de execução 3,1 milhões de euros, mas executaram-se apenas 1,2 milhões de euros (38%);
- Para o Projeto de Construção e Manutenção das Piscinas Municipais, apenas se previu executar 102 mil euros, mas ainda assim a execução ficou-se pelos 52,8 mil euros;
- Para as Acessibilidades à Costa da Caparica – Troço Final do IC20 e acesso alternativo às praias, previu-se executar 350 mil euros e gastaram-se apenas 24,8 mil euros (7,1%);
- Para a requalificação da Avenida do Mar e envolventes previu-se executar 600 mil euros, executaram-se 100 mil euros (16,7%).

E diversos outros exemplos se poderiam acrescentar do fosso entre a programação feita e a execução realizada.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Sendo claro o atraso na implementação de obras e projetos prometidos, é certo que alguns deles tiveram início com a respetiva cabimentação e compromisso transitando a sua execução para o ano corrente e seguintes, o que só confirma o que acabamos de afirmar: a prometida execução em 2021 não se verificou.

Em resumo, os documentos que estamos a avaliar espelharam a incapacidade do executivo PS/PSD em Almada para fazer face aos desafios e muitos problemas que o nosso Concelho enfrenta.

Colocados perante a disponibilidade atual e nos anos mais próximos de um montante de recursos financeiros comunitários como nunca antes tivemos, esta demonstrada incapacidade a verificar-se nos próximos anos, representará um elevado prejuízo para Almada e para os almadenses.

A resolução dos problemas locais que enfrentamos, exigem um outro empenho e uma maior proximidade com os interesses das populações e as suas estruturas organizadas e com os trabalhadores da autarquia.

Esse é um desafio permanente para todos nós a que o executivo em funções não pode faltar.”

6.3.11 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero dar aqui algumas respostas ao Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas. Senhor Deputado Municipal eu até estranho os exemplos que refere. Diz que o PDM – Plano Diretor Municipal, não está concluído, após relembro, 12 anos de processo de Revisão do PDM, onde aliás, havia uma empresa contratada a mais de 100.000.00€ (cem mil euros) ano para o fazer, nós conseguimos em tempo record, em dois anos, entregar uma versão preliminar do PDM o ano passado. Portanto, estranho da parte do Senhor Deputado Municipal, até com as responsabilidades que tem, que venha trazer esse assunto, posso declarar que a Câmara Municipal de Almada gastou mais de 1.000.000.00€ (um milhão de euros) em consultorias para PDM não tendo concluído ao longo de todo esse processo sequer uma primeira versão do PDM. Mas já está concluída a primeira versão, já foi entregue à Comissão Consultiva, já tivemos o primeiro parecer positivo condicionado, já estamos a fazer os trabalhos dos detalhes para passar à segunda fase. Numa corrida contra o tempo tem toda a razão, até porque os prazos legais das Revisões do PDM terminam em dezembro próximo. E volto a dizer, o PDM de Almada ainda era o PDM de primeira geração, enquanto os outros Municípios já estão a fazer as segundas Revisões do PDM, Almada teve um PDM até agora. Primeira geração e, que terminava em 1993. Confesso alguma estranheza. Almada Nascente. Há muitos Planos de Pormenor que estavam aí parados, boiando, se me permite, mas que estão a andar.

O PUAM – Plano de Urbanização Almada Nascente. Aliás, Almada pagou 2.000.000.00€ (dois milhões de euros) há doze anos quando o processo começou, agora aconteceu um pequeno problema, é que, entretanto, já não está sequer adequado com a Lei dos Solos, nós temos estado a aguardar porque sempre dissemos desde o início que queremos colaborar com o Governo e neste caso com a Baía do Tejo para a Revisão do PUAM. Pode estar descansado vamos agora mesmo assinar um protocolo com a Baía do Tejo por fim, para revermos o PUAM como eu disse aliás, num debate que tivemos em 2017, que era fundamental rever o PUAM, que o PUAM tal como está, não está sequer em condições de ser lançado qualquer concurso nem qualquer projeto sobre aquele território.

O Innovation District. Ainda bem, ficou contente de saber que a CDU está impaciente com o projeto Innovation District, garanto-lhe que assim que houver notícias informo. Mas também como sabe, em grande parte também depende do PDM, nós pedimos a antecipação das normas do PDM para aquele território, a CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, nós consideramos que eles já nos podem responder ao pedido de antecipação de normas, a CCDR por norma não gosta de o fazer, embora esteja previsto na Lei. Se está previsto na Lei, têm que cumprir seja qual for a instituição.

Os equipamentos têm de facto um tempo de vida, é verdade, mas que não são cinco anos certamente. Portanto, para chegarem ao estado em que chegaram é porque o seu tempo de vida já acabou há muito tempo antes. Estamos de acordo. Ou seja, o tempo de vida do equipamento não é certamente cinco anos. Para chegar ao



estado em que estão, eu relembro a nossa habitação municipal não é assim tão velha, é o PER 1993. Agora uma coisa eu penso que concordará comigo, é que a qualidade com que foram construídas era muito má. E só assim, é que se justifica de 1993 até agora, e outros até mais tarde, tenham chegado ao estado de degradação em que estão. Porque não há razão, eu não sou engenheira, mas não há razão, não consigo encontrar razão para construções no âmbito do PER – Programa Especial de Realojamento, ir ao Bairro de Santo António e ver o estado em que aqueles edifícios estão. Mas também temos outra questão, que é: falávamos da piscina da Charneca de Caparica, extraordinário, ultramoderno, painéis solares. Sabem quanto tempo funcionaram os painéis? Um ano. Os painéis têm doze anos, há onze anos que não funcionam. Mas isso pelos vistos não parecia incomodar, porque já se tinha feito o folclore todo de dizer: “fomos os primeiros a pôr painéis”.

Em relação aos SMAS. O investimento de 50.000.000.00€ (cinquenta milhões de euros), estará algures ou se calhar levaram. Eu já disse isso várias vezes ao Senhor Deputado Municipal João Gerales, falam-nos sempre de imensos projetos que nós não encontramos, mas também é verdade que levaram muita documentação quando nós chegamos, deve estar nalgum sítio porque nós de facto, não a encontramos. Agora, encontramos também foi dívidas, dívidas nomeadamente, nos SMAS, de 2015, 2016 que tivemos que pagar agora, já quase em cobrança coerciva, porque a Câmara Municipal de Almada tinha uma coisa extraordinária que era, pôr processos e não cumprir sentenças. Portanto, é um problema de 2012 a 2015, esta era 2015 e 2016. Ainda agora tivemos que pagar uma dívida que já vem de 2015 e 2016 de TRH – Taxa de Recursos Hídricos.

A CostaPolis como sabe é uma comissão liquidatária, e, portanto, ainda é mais difícil do que quando desistiram, penso que foi em 2015 do Pinhal do Inglês, ainda esteve ali dois anos em que ainda era possível fazer qualquer coisa. A ir por essa lógica, neste momento com a CostaPolis em Comissão Liquidatária ainda se podia fazer menos, mas olhe fizemos. Fizemos na Estrada Florestal que os Senhores disseram que não era possível fazer, e que passamos. Se eu me lembro bem da discussão que tivemos, na altura o Senhor era Vereador relativamente à Estrada Florestal, e que não tínhamos autoridade e que não tínhamos a competência e que não podia passar para nós e que a obra não podia ser feita. Mas fizemos. E se me recordo bem, até há um requerimento da CDU e há dúvidas sobre a propriedade da Estrada, e punham em dúvida a nossa legitimidade em lá ir fazer a obra. Devia-se informar melhor.

Mas é verdade, todos aqueles Planos de Pormenor são um problema. Mas aqueles Planos de Pormenor foram feitos pelas Câmara Municipal. Foram feitos em colaboração com a Câmara Municipal na altura da CDU. E um dos grandes problemas e de facto, a CostaPolis é das piores polis em termos de execução, e em grande medida por causa do gigantismo que lá foi proposto, da megalomania que lá foi e sobretudo da inconsciência nalguns casos, porque eu relembro, basta olhar, todos os Bairros que estavam previstos ir abaixo, eu não consigo perceber. Há planos da CostaPolis, que fizeram, foram buscar especialistas internacionalistas, uma coisa extraordinária. Mas o Bairro dos Pescadores, o Bairro do Campo da Boa, aquilo era tudo arrasado, onde é que iam pôr as pessoas? Também não se sabe. Não sei se era numas torres, que estavam lá previstas, mas em princípio no lugar dos parques de campismo, olhe, ao menos tinham uma boa solução que era retirar de lá os parques de campismo que de facto, são um obstáculo ao desenvolvimento da Costa da Caparica. Aliás, assim como o PUAM. O PUAM, ali na Romeira também era tudo para ir abaixo tirando os silos. Portanto, a Câmara Municipal de Almada encomendava planos, granjeava-se de ir buscar grandes nomes e esquecia-se de uma coisa, é que estavam lá pessoas a viver. E por isso é que não funcionou. Tão simples quanto isso. Porque não se pode fazer reabilitações e planos urbanísticos contra as pessoas. E neste momento a Câmara Municipal de Almada tem problemas, é que tem planos em vigor, planos por aprovar, planos semi começados e não começados, e é um trabalho. E uma coisa lhe digo, havemos de requalificar este território de uma ponta à outra, mas nunca haveremos de esquecer, que as pessoas que vivem e fazem deste território o que é, estão em primeiro lugar.

Portanto, terei todo o gosto em debater consigo todos esses planos, e todas as decisões que foram tomadas, e todas as megalomanias que foram tomadas e todos os exageros que foram assumidos. E eram de tal maneira exagerados que nada funcionou. Nós somos mais modestos, começamos com uma rotunda, depois vai uma avenida, depois vai um jardim, depois vai um centro de recolha animal, agora vêm as habitações sociais, porque ao menos aos poucos as coisas estão a surgir. Os planos? Vamos resolver.”



6.3.12 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Miguel Judas (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu peço para intervir em defesa da honra, porque a Senhora Presidente da Câmara Municipal pôs na minha boca palavras que não disse e atribuiu-me responsabilidades que não tenho.

Designadamente, e começo por referi-lo, o caso da Estrada Florestal. Fui eu também com a responsabilidade individual, que me bati naturalmente no quadro do meu coletivo e da equipa que tinha a Vereação na altura, para que a Estrada Florestal fosse feita. Quando o ICNF na altura, defendia que não se podia intervir na Estrada Florestal porque se dizia que as acácias eram uma espécie protegida. Quando milhares de crianças iam para as praias do Sul, como ainda hoje vão, na época de verão, com profunda insegurança. A maior preocupação por parte dos Bombeiros. Apresentamos projetos nesse sentido, a Câmara Municipal assumiu que fazia a Estrada. O Ministro do Governo do seu Partido que depois foi para Bruxelas, numa reunião em que eu estive com outros Presidentes de Câmara, o Senhor Primeiro Ministro, o Ministro do Ambiente ele próprio, colocou obstáculos a que a Câmara Municipal pudesse fazer a Estrada. Pergunte ao Primeiro Ministro que ainda é o mesmo. Pode perguntar-lhe. Portanto, não coloque na nossa boca coisas e na minha boca coisas que não disse ou coisas que não fiz. E a mesma coisa em relação a um conjunto de outras matérias enfim, que são de outra natureza, mas em que como é hábito, traçam um cenário que é uma confabulação e será acerca daquilo que são os nossos projetos, o que fazemos e o que pretendíamos fazer e depois debate-se contra moinhos de vento. Não é esse o tema, nem pode ser o tema do pedido de defesa da honra, agora, colocar na nossa boca, projetos que não tínhamos e intenções que não eram as nossas, isso não posso aceitar.”

6.3.13 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas, eu confesso que não percebo onde é que a honra foi ofendida, aliás, o Senhor Deputado Municipal voltou a lembrar exatamente o que disse que é: nós tentamos fazer, não conseguimos fazer, não se pode fazer. Aliás, confirmou. Eu nunca disse que os senhores não tentaram fazer o trabalho, nunca disse isso. Aliás, como sabe até havia uma verba que tinha sido atribuída à Câmara Municipal de Almada e que foi penso eu que era 700.000.00€ (setecentos mil euros), havia uma verba penso que foi transferida ou negociada. Agora, acaba de confirmar aquilo que eu digo, eu nunca disse que o Senhor Deputado não tinha intenção de reabilitar a Estrada Florestal, o que eu disse e volto a dizer é: os senhores têm a intenção e nós fazemos.”

6.4 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação das propostas tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.4.1 – O Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2021, foi aprovado por maioria, com 22 votos a favor sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA; 13 votos contra sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias Laranjeiro e Feijó que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova o Relatório e Contas de Gerência da Wemob, E.M., S.A. relativos ao exercício do ano de 2021, nos termos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 18 de abril de 2022, que aprovou a proposta Nº 2022-188-GP.

6.4.2 – O Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2021, foi aprovado por maioria, com 22 votos a favor sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN e 1



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

do eleito do CDS-PP; 5 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA; 10 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó que o integra, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova o Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2021, nos termos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 18 de abril de 2022, que aprovou a proposta Nº 2022-187-GP.

6.4.3 - O Relatório e Demonstrações Financeiras e Orçamentais – ano de 2021, foi aprovado por maioria, com 22 votos a favor sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA; 13 votos contra sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova o Relatório e Demonstrações Financeira e Orçamentais – ano de 2021, nos termos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:

1 – Demonstrações Financeiras e Orçamentais do Município, constituídas por:

- a) Demonstrações Financeiras Individuais;*
- b) Demonstrações Orçamentais Individuais;*
- c) Relatório de Gestão.*

2 – Documentos relativos às entidades integradas na esfera do Grupo Autárquico (Agências Municipais:

- a) Relatório Anual e Contas do ano de 2021 da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada;*
- b) Relatório Anual e Contas do ano de 2021 da ARRIBATEJO – Agência de Desenvolvimento Local;*
- c) Relatório Anual e Contas do ano de 2021 da NOVAALMADAVELHA – Agência de Desenvolvimento Local.*

nos precisos termos da deliberação de Câmara de 18 de abril de 2022, que aprovou a proposta Nº 2022-186-DAGF.

7. Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Segunda Reunião da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Terceira Reunião, prevista para vinte e nove de abril, pelas 21H15.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Filipe Pacheco, Gabriel Machado Rosa, Jorge Sintra, Nuno Matias, António Matos, José Luís Matos, Helena Azinheira, Mara Rita Silva Martins e Joana Rodrigues Mortágua.

9 – Foi verificada a presença de cerca de dezanove munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____




